

RELATÓRIO E CONTAS 2013



BARCELOS, 31 DE MARÇO DE 2014

RELATÓRIO E CONTAS

HOSPITAL SANTA MARIA MAIOR, EPE

BARCELOS

ANO DE 2013

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Período de 01/01/2013 a 30/04/2013

<i>Lino Mesquita Machado</i>	Presidente do Conselho de Administração
<i>Maria José Simões</i>	Vogal Executiva
<i>Maria da Graça Ferraz</i>	Diretora Clínica (até 30/12/2012)
<i>Adriano Valente da Silva</i>	Enfermeiro Diretor (até 30.04.2012)

Após 01/05/2013

<i>Fernando Marques</i>	Presidente do Conselho de Administração
<i>Augusta Morgado</i>	Vogal Executiva
<i>Mário Soares Filipe</i>	Diretor Clínico
<i>Celeste Maria Pinto</i>	Enfermeira Diretora

Chy
Chuto
f
[Signature]

ÍNDICE

ÍNDICE DE TABELAS	5
ÍNDICE DE GRÁFICOS	7
SIGLAS	8
1. APRESENTAÇÃO	10
1.1. MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	11
1.2. ENQUADRAMENTO DO HOSPITAL NA REGIÃO E COM AS RESTANTES ENTIDADES DE SAÚDE	12
1.3. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	15
2. ATIVIDADE ASSISTENCIAL	18
2.1. ATIVIDADE GLOBAL EM 2013	19
2.2. ATIVIDADE POR LINHAS DE PRODUÇÃO	20
3. RECURSOS HUMANOS	35
3.1. RECURSOS HUMANOS	36
4. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA	40
4.1. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA	41
4.2. PRINCIPAIS ATIVIDADES E INVESTIMENTOS DESENVOLVIDOS EM 2013	44
4.3. MEDIDAS DESTINADAS A SUPERAR A SITUAÇÃO DEFICITÁRIA DO HSMM	45
4.4. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	45
5. DESENVOLVIMENTO ESTRATÉGICO E ATIVIDADE PARA 2014	46
5.1. ATIVIDADE ASSISTENCIAL PREVISTA PARA 2014	47
5.2. PRINCIPAIS PROGRAMAS DE MELHORIA E ATUAÇÃO	47
5.3. PRINCIPAIS INVESTIMENTOS PREVISTOS PARA 2014	52
6. CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS	53
6.1. OBJETIVOS DE GESTÃO	54
6.2. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO	55
6.3. EVOLUÇÃO DO PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTO A FORNECEDORES	56
6.4. RECOMENDAÇÕES DO ACIONISTA EMITIDAS AQUANDO A APROVAÇÃO DE CONTAS DE 2012	57
6.5. ORIENTAÇÕES LEGAIS AO NÍVEL DAS REMUNERAÇÕES	57
6.6. ARTIGO 32º DO ESTATUTO DO GESTOR PÚBLICO	60
6.7. ORIENTAÇÃO RELATIVA ÀS NORMAS DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA	61
6.8. ADESAO AO SISTEMA NACIONAL DE COMPRAS PÚBLICAS E PARQUE DE VEÍCULOS DO ESTADO	62
6.9. MEDIDAS DE REDUÇÃO DE GASTOS OPERACIONAIS	62
6.10. PRINCÍPIO DA UNIDADE DE TESOURARIA DO ESTADO	63
6.11. RECOMENDAÇÕES DAS AUDITORIAS REALIZADAS PELO TRIBUNAL DE CONTAS AO HSMM	64
6.12. INFORMAÇÃO DIVULGADA NO SITE A 31 DE DEZEMBRO DE 2013	65
7. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	67
7.1. BALANÇO ANALÍTICO	68
7.2. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	71
7.3. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR FUNÇÕES	73
7.4. DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA	74
7.5. MAPAS DOS FLUXOS FINANCEIROS	75
7.6. CONTROLO DO ORÇAMENTO ECONÓMICO	78

Handwritten signatures and initials in blue ink.

7.7.	CONTROLO DO ORÇAMENTO DE COMPRAS	82
7.8.	CONTROLO DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTOS	83
7.9.	NOTAS AO BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS.....	84
	NOTA 8.1 – CARATERIZAÇÃO DA ENTIDADE	84
	NOTA 8.2 – NOTAS AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	87
8.	CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO	99

Handwritten signatures and initials in blue ink.

ÍNDICE DE TABELAS

TABELA 1 – ESTRUTURA ETÁRIA DA POPULAÇÃO	13
TABELA 2 – INDICADORES DE SAÚDE.....	13
TABELA 3 – ESPECIALIDADES/VALÊNCIAS DO HSMM	14
TABELA 4 – CENTRO DE SAÚDE E PRESTADORES ASSOCIADOS NA ÁREA DE INFLUÊNCIA DO HSMM	14
TABELA 5 – CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO.....	15
TABELA 6 – FISCAL ÚNICO	16
TABELA 7 – ATIVIDADE GLOBAL - EVOLUÇÃO 2012/2013	19
TABELA 8 – LOTAÇÃO A 31 DE DEZEMBRO	20
TABELA 9 – EVOLUÇÃO DOS INDICADORES DO INTERNAMENTO	20
TABELA 10 – EVOLUÇÃO DOS DOENTES SAÍDOS, POR SERVIÇO	21
TABELA 11 – EVOLUÇÃO DOS DIAS DE INTERNAMENTO, POR SERVIÇO.....	22
TABELA 12 – EVOLUÇÃO DA TAXA DE OCUPAÇÃO, POR SERVIÇO	22
TABELA 13 – EVOLUÇÃO DA DEMORA MÉDIA, POR SERVIÇO.....	23
TABELA 14 – UNIDADES DE REDE.....	23
TABELA 15 - DOENTES SINALIZADOS	24
TABELA 16 – DOENTES REFERENCIADOS.....	24
TABELA 17 – Nº DE DOENTES REFERENCIADOS E ADMITIDOS POR SERVIÇO DE ORIGEM DO HSMM	24
TABELA 18 – DOENTES ADMITIDOS POR LOCAL/UNIDADE DA REDE	25
TABELA 19 – N.º DE PRIMEIRAS CONSULTAS MÉDICAS REALIZADAS.....	26
TABELA 20 – N.º DE CONSULTAS MÉDICAS SUBSEQUENTES REALIZADAS	27
TABELA 21 – N.º DE CONSULTAS NÃO MÉDICAS REALIZADAS.....	27
TABELA 22 – N.º DE ATENDIMENTOS DO S. URGÊNCIA	28
TABELA 23 – ATIVIDADE DA VMER.....	29
TABELA 24 – ATIVIDADE CIRÚRGICA	29
TABELA 25 – CIRURGIA DE AMBULATÓRIO - ATIVIDADE.....	30
TABELA 26 – PRODUÇÃO HOSPITAL DE DIA, POR ESPECIALIDADE.....	31
TABELA 27 – PRODUÇÃO HOSPITAL DE DIA.....	32
TABELA 28 – MCDT REALIZADOS NO HOSPITAL	33
TABELA 29 – MCDT REALIZADOS NO EXTERIOR	34
TABELA 30 – ATIVOS POR GRUPO PROFISSIONAL	36
TABELA 31 – DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS.....	41
TABELA 32 – ESTRUTURA DE CUSTOS.....	41
TABELA 33 – ESTRUTURA DE PROVEITOS	42
TABELA 34 – CUSTOS COM PESSOAL - INDICADORES	43
TABELA 35 – INDICADORES ECONÓMICO-FINANCEIROS.....	43
TABELA 36 – INVESTIMENTOS EM 2013.....	44
TABELA 37 – ATIVIDADE PREVISTA PARA 2014.....	47
TABELA 38 – GRAU DE CUMPRIMENTO DOS OBJETIVOS.....	55
TABELA 39 – ENDIVIDAMENTO	56
TABELA 40 – EVOLUÇÃO DO PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTOS TRIMESTRAL.....	56
TABELA 41 – EVOLUÇÃO DÍVIDA VENCIDA	57
TABELA 42 – MANDATOS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	57

Chy
Clinto
f.

TABELA 43 – ATRIBUIÇÃO DOS VENCIMENTOS E DESPESAS DE REPRESENTAÇÃO DO CA	58
TABELA 44 – REMUNERAÇÃO ANUAL DO CA	58
TABELA 45 – BENEFÍCIOS SOCIAIS DO CA	58
TABELA 46 – ACUMULAÇÃO DE FUNÇÕES DO CA	59
TABELA 47 – GASTOS COM COMUNICAÇÕES MÓVEIS DO CA	59
TABELA 48 – ENCARGOS COM VIATURAS DO CA	59
TABELA 49 – GASTOS ANUAIS ASSOCIADOS A VIATURAS	59
TABELA 50 – GASTOS ANUAIS ASSOCIADOS A DESLOCAÇÕES EM SERVIÇO	60
TABELA 51 – MANDATO FISCAL ÚNICO	60
TABELA 52 – REMUNERAÇÃO FISCAL ÚNICO	60
TABELA 53 – REDUÇÃO REMUNERATÓRIA TRABALHADORES	60
TABELA 54 – COMPRAS AO ABRIGO DO ESPAP	62
TABELA 55 – GASTOS OPERACIONAIS	63
TABELA 56 – GASTOS COM PESSOAL	63
TABELA 57 – PERCENTAGEM DE DISPONIBILIDADES DEPOSITADAS NO IGCP	64
TABELA 58 – INFORMAÇÃO A CONSTAR DO SITE DO HSMM	65
TABELA 59 – CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS	66

ÍNDICE DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – DOENTES SAÍDOS POR GDH.....	21
GRÁFICO 2 – N.º DE TOTAL DE CONSULTAS.....	26
GRÁFICO 3 – TAXA DE ACESSIBILIDADE.....	27
GRÁFICO 4 – N.º DE PEQUENAS CIRURGIAS EM CONSULTA EXTERNA.....	28
GRÁFICO 5 – CIRURGIA CONVENCIONAL PROGRAMADA - BASE.....	30
GRÁFICO 6 – GDH AMBULATÓRIO.....	31
GRÁFICO 7 – CIRURGIA CONVENCIONAL URGENTE.....	31
GRÁFICO 8 – GDH QUIMIOTERAPIA.....	32
GRÁFICO 9 – TOTAL DE MCDT REALIZADOS NO EXTERIOR.....	33
GRÁFICO 10 – PROFISSIONAIS POR VÍNCULO.....	37
GRÁFICO 11 – DISTRIBUIÇÃO DE ATIVOS POR SEXO.....	37
GRÁFICO 12 – DISTRIBUIÇÃO DE ATIVOS POR FAIXA ETÁRIA.....	38
GRÁFICO 13 – HABILITAÇÕES ACADÉMICAS.....	38



SIGLAS

SIGLAS	DESIGNAÇÃO
ACES	Agrupamento de Centros de Saúde
ACSS	Administração Central do Sistema de Saúde
ADSE	Direção-Geral de Proteção Social aos Trabalhadores em Funções Públicas
ANCP	Agência Nacional de Compras Públicas
ARSN	Administração Regional de Saúde do Norte
CA	Conselho de Administração
CCP	Código dos Contratos públicos
CGA	Caixa Geral de Aposentações
CMVMC	Custo de Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas
CTFP	Contrato de Trabalho em Funções Públicas
DGTF	Direção-Geral do Tesouro e Finanças
ECCI	Equipa de Cuidados Continuados e Integrados
EGA	Equipa de Gestão de Altas
EGP	Estatuto do Gestor Público
EPE	Entidade Pública Empresarial
ESPAP	Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública
ETC	Equivalente a Tempo Completo
FASP	Fundo de Apoio ao Sistema de Pagamentos
FSE	Fornecimento e Serviços Externos
GDH	Grupo de Diagnóstico Homogéneo
HD	Hospital de Destino
HO	Hospital de Origem
HSMM	Hospital Santa Maria Maior, EPE
IEFP	Instituto do Emprego e Formação Profissional
IGCP	Instituto de Gestão de Tesouraria e do Crédito Público
IGF	Inspeção-Geral de Finanças
INE	Instituto Nacional de Estatística
INEM	Instituto Nacional de Emergência Médica
IPG	Instrumentos Previsionais de Gestão
LIC	Lista Inscritos para Cirurgia

Handwritten signatures and initials in blue ink.

MCDT	Meios Complementares de Diagnóstico e Terapêutica
OE	Orçamento de Estado
OPRLO	Opção Remuneração do Lugar de Origem
ORL	Otorrinolaringologia
PBG	Princípios do Bom Governo
PMP	Prazo Médio de Pagamento
PMR	Prazo Médio de Recebimento
RBM	Remuneração Base Mensal
RCM	Resolução do Conselho de Ministros
RH	Recursos Humanos
RNCCI	Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados
SCM	Santa Casa da Misericórdia
SGRH	Serviço de Gestão de Recursos Humanos
SIGIC	Sistema Integrado de Gestão de Inscritos para Cirurgia
SNCP	Sistema Nacional de Compras Públicas
SNS	Serviço Nacional de Saúde
SROC	Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
SU	Serviço de Urgência
TDT	Técnico de Diagnóstico e Terapêutica
TPA	Terminal de Pagamento Automático
UC	Unidade de Convalescença
UCP	Unidade de Cuidados Paliativos
ULDM	Unidade de Longa Duração
ULS	Unidade Local de Saúde
UMDR	Unidade de Média Duração e Reabilitação
VAB	Valor Acrescentado Bruto
VMER	Viatura Médica de Emergência e Reanimação

1.

APRESENTAÇÃO



1.1. MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

A redução significativa do número de efetivos globais do HSMM verificada durante o ano de 2013 e, em particular, dos ativos médicos (-8% face ao ano de 2012) trouxe consequências graves, e mais do que proporcionais, na atividade da instituição.

Assim, foram as especialidades cirúrgicas que mais contribuíram para o decréscimo dos indicadores de funcionamento nas diferentes linhas de atividade, em particular no número de intervenções cirúrgicas e nos GDH cirúrgicos.

Verificamos um ligeiro decréscimo no número de doentes saídos e no número de doentes atendidos em urgência mas um decréscimo bastante mais acentuado na atividade de consulta externa e de Hospital de Dia.

Em resultado desta importante redução na atividade hospitalar, verificamos um agravamento dos proveitos apesar da redução de custos que, por ser pouco significativa, acarretou alguma deterioração do nosso resultado operacional.

Efetivamente, com um número tão diminuto de médicos em algumas especialidades, não é possível formar equipas que respondam, de forma eficiente e organizada, a um trabalho programado mantendo assegurada a atividade de urgência.

A reforma hospitalar em curso poderá trazer um reforço significativo não apenas em novas especialidades mas, fundamentalmente, nas especialidades médicas e cirúrgicas existentes contribuindo decisivamente para a inversão deste ciclo vicioso em que temos vivido.

Fernando Marques

Presidente do Conselho de Administração

1.2. ENQUADRAMENTO DO HOSPITAL NA REGIÃO E COM AS RESTANTES ENTIDADES DE SAÚDE



Fonte: <http://portal.arsnorte.min-saude.pt>

O Hospital Santa Maria Maior (HSMM) foi transformado, em 11 de dezembro de 2002, em sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos pelo Decreto-Lei n.º 293/2002 de 11 de dezembro, posteriormente, passou a entidade pública empresarial (EPE) pelo do Decreto-Lei n.º 93/2005, de 7 de junho, regendo-se pelos Estatutos dos Hospitais EPE, constantes no anexo II do Decreto-Lei n.º 233/2005, de 29 de dezembro, alterado pelos Decretos-Leis n.ºs 50-A/2007, de 28 de fevereiro, 18/2008, de 29 de janeiro, 176/2009, de 4 de agosto, 136/2010, de 27 de dezembro e alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 244/2012, de 9 de novembro. O HSMM rege-se igualmente pelo regime jurídico do Sector Empresarial do Estado (Decreto-Lei n.º 558/99, de 17 de dezembro) e por outras normas especiais decorrentes do seu objeto social.

O HSMM está integrado na rede hospitalar do Serviço Nacional de Saúde, é uma pessoa coletiva de direito público de natureza empresarial, dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, constituída por tempo indeterminado.

O HSMM localiza-se na Cidade de Barcelos, Distrito de Braga, com uma superfície de 379 km² e com uma população de cerca de 120.391 habitantes, distribuída por 89 freguesias (INE – *População Residente em 2011*).

Além da população do Concelho de Barcelos, a área de influência do Hospital, abrange ainda um elevado número de utentes a residir no Concelho limítrofe de Esposende, abarcando uma população total de cerca de 154.645 habitantes (*INE – População Residente em 2011*).

A taxa de natalidade, em 2010, foi de 8,6 por mil para o concelho de Barcelos e de 9,2 por mil para Esposende, situando-se a média nacional nos 9,5 por mil.

A taxa de mortalidade situou-se, no mesmo ano, em 6,7 por mil para Barcelos e 7,7 por mil para Esposende, sendo que a média nacional é de 10 por mil.

A atividade económica nos dois concelhos é caracterizada pela atividade industrial, comércio e retalho (*INE – Anuário Estatístico da Região Norte - 2010*).

ESTRUTURA ETÁRIA DA POPULAÇÃO

Grupos etários	Barcelos	Esposende	Total	Peso Relativo (%)
0 a 14 anos	20.002	5.655	25.657	17%
15 a 24 anos	15.677	4.265	19.942	13%
25 a 64 anos	68.165	19.285	87.450	57%
65 e mais anos	16.547	5.049	21.596	14%
Total Final	120.391	34.254	154.645	100%

População média anual residente (N.º) por Local de residência, Sexo e Grupo etário (por ciclos de vida) - Anual; INE, Estimativas Anuais da População Residente em 2011. Última actualização destes dados: 20 de novembro de 2012.

TABELA 1 – ESTRUTURA ETÁRIA DA POPULAÇÃO

1.2.1. INDICADORES DE SAÚDE

Taxas	Barcelos	Esposende
Taxa bruta natalidade (‰)	8,6	9,2
Taxa bruta mortalidade (‰)	6,7	7,7

Taxa bruta de natalidade e mortalidade (‰) por Local de residência - Anual; INE, Indicadores Demográficos em 2010
Última actualização destes dados: 25 de novembro de 2011.

TABELA 2 – INDICADORES DE SAÚDE

1.2.2. ESPECIALIDADES/VALÊNCIAS DO HSMM

O HSMM desenvolve a sua atividade nas diferentes valências, repartidas pelas cinco linhas de atividade principais, conforme o quadro seguinte:

Handwritten signatures and initials in blue ink.

ESPECIALIDADES/VALÊNCIAS POR PRINCIPAIS LINHAS DE ATIVIDADE

ESPECIALIDADES / VALÊNCIAS	INTERNAMENTO	CONS. EXTERNA	URGÊNCIA	ATIVIDADE CIRÚRGICA			HOSPITAL DIA
				PROGRAMADA		URG.	
				CONV.	AMB.		
ESPECIALIDADES MÉDICAS							
Anestesiologia		X	X	X	X	X	
Cardiologia		X					
Cirurgia Geral	X	X	X	X	X	X	
Ginecologia/Obstetrícia	X	X		X	X		
Imunohemoterapia		X					X
Medicina Interna	X	X	X				X
Medicina Oncológica		X					X
Oftalmologia		X			X		
ORL	X	X		X	X		
Ortopedia	X	X	X	X	X	X	
Pediatria	X	X	X				X
Pneumologia		X					X
ESPECIALIDADES NÃO MÉDICAS							
Nutrição		X					
Psicologia		X					

TABELA 3 – ESPECIALIDADES/VALÊNCIAS DO HSMM

1.2.3. DESCRIÇÃO DAS PRINCIPAIS UNIDADES DE CUIDADOS DE SAÚDE NA ÁREA DE INFLUÊNCIA

Através do Decreto-Lei n.º 28/2008, de 22 de fevereiro foram criados os agrupamentos de centros de saúde do Serviço Nacional de Saúde, abreviadamente designados por ACES.

Na área de Influência do HSMM está o ACES do Cávado III – Barcelos/Esposende que tem associado os seguintes prestadores:

- Centro de Saúde de Barcelos
- Centro de Saúde de Barcelinhos
- Centro Saúde de Esposende

CENTROS DE SAÚDE	N.º DE PRESTADORES ASSOCIADOS			Data Atualização (Portal da Saúde)
	Extensões de Saúde	Unidade Saúde Familiar	Unidade de Cuidados	
BARCELOS	6	6	1	17/12/2013
BARCELINHOS	4	3	0	22/03/2013
ESPOSENDE	2	2	3	19/09/2013

Fonte: Portal da Saúde

TABELA 4 – CENTRO DE SAÚDE E PRESTADORES ASSOCIADOS NA ÁREA DE INFLUÊNCIA DO HSMM



Instituições Privadas

A população da área de influência, para além dos serviços prestados pelo HSMM, tem disponíveis diversas instituições privadas quer no concelho de Barcelos quer no concelho de Esposende.

O Hospital relaciona-se com as instituições privadas num regime de complementaridade das prestações de cuidados de saúde.

1.3. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

1.3.1. ÓRGÃOS SOCIAIS

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

De acordo com os Estatutos dos Hospitais EPE (Anexo II do Decreto-Lei n.º 244/2012), “O Conselho de Administração é composto por um presidente e um máximo de quatro vogais, que exercem funções executivas, em função da dimensão e complexidade do hospital E.P.E., sendo um dos membros o diretor clínico e outro o enfermeiro-diretor.”

“O mandato dos membros do Conselho de Administração tem a duração de três anos e é renovável, até ao máximo de três renovações consecutivas, permanecendo aqueles no exercício das suas funções até à designação de novos titulares (...)”.

Cargo	Nome	Designação Legal da atual Nomeação	Observações
APÓS 01/05/2013			
Presidente Conselho de Administração	Fernando Marques	Resolução Conselho de Ministros n.º 11/2013, de 30/04	Iniciou funções em 01/05/2013
Vogal Executiva	Augusta Morgado	Resolução Conselho de Ministros n.º 11/2013, de 30/04	Iniciou funções em 01/05/2013
Diretor Clínico	Soares Filipe	Resolução Conselho de Ministros n.º 11/2013, de 30/04	Iniciou funções em 01/05/2013
Enfermeira Diretora	Celeste Pinto	Resolução Conselho de Ministros n.º 11/2013, de 30/04	Iniciou funções em 01/05/2013
ATÉ 30/04/2013			
Presidente Conselho de Administração	Lino Mesquita Machado	Despacho n.º 2296/2011, de 01/02	Terminou funções em 30/04/2013
Vogal Executiva	Maria José Simões	Despacho n.º 2296/2011, de 01/02	Terminou funções em 30/04/2013
Diretor Clínico	Maria Graça Ferraz	Despacho n.º 2296/2011, de 01/02	Aposentado em 31/12/2012
Enfermeira Diretora	Adriano Valente da Silva	Despacho n.º 2296/2011, de 01/02	Aposentado em 30/04/2012

TABELA 5 – CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Chy
Chy
7

FISCAL ÚNICO

O Fiscal Único é o Órgão responsável pelo controlo da legalidade e da boa gestão financeira e patrimonial do HSMM. É designado por despacho do membro do Governo e responsável pela área das finanças.

O mandato do Fiscal Único tem a duração de três anos, renovável apenas uma vez, mantendo-se em funções até à designação de um novo titular ou à declaração ministerial de cessação de funções.

Cargo	Nome	Designação Legal da atual Nomeação
Fiscal Único Efetivo	Pontes, Baptista & Associados, SROC n.º 209 - representada pelo Sergio Leonel Pinto da Costa Pontes, ROC n.º 1180	Despacho n.º 1088/13 - SET, 28/05/2013
Fiscal Único Suplente	Dr. Luís Fernando da Costa Baptista, ROC n.º 1198	Despacho n.º 1088/13 - SET, 28/05/2013

TABELA 6 – FISCAL ÚNICO

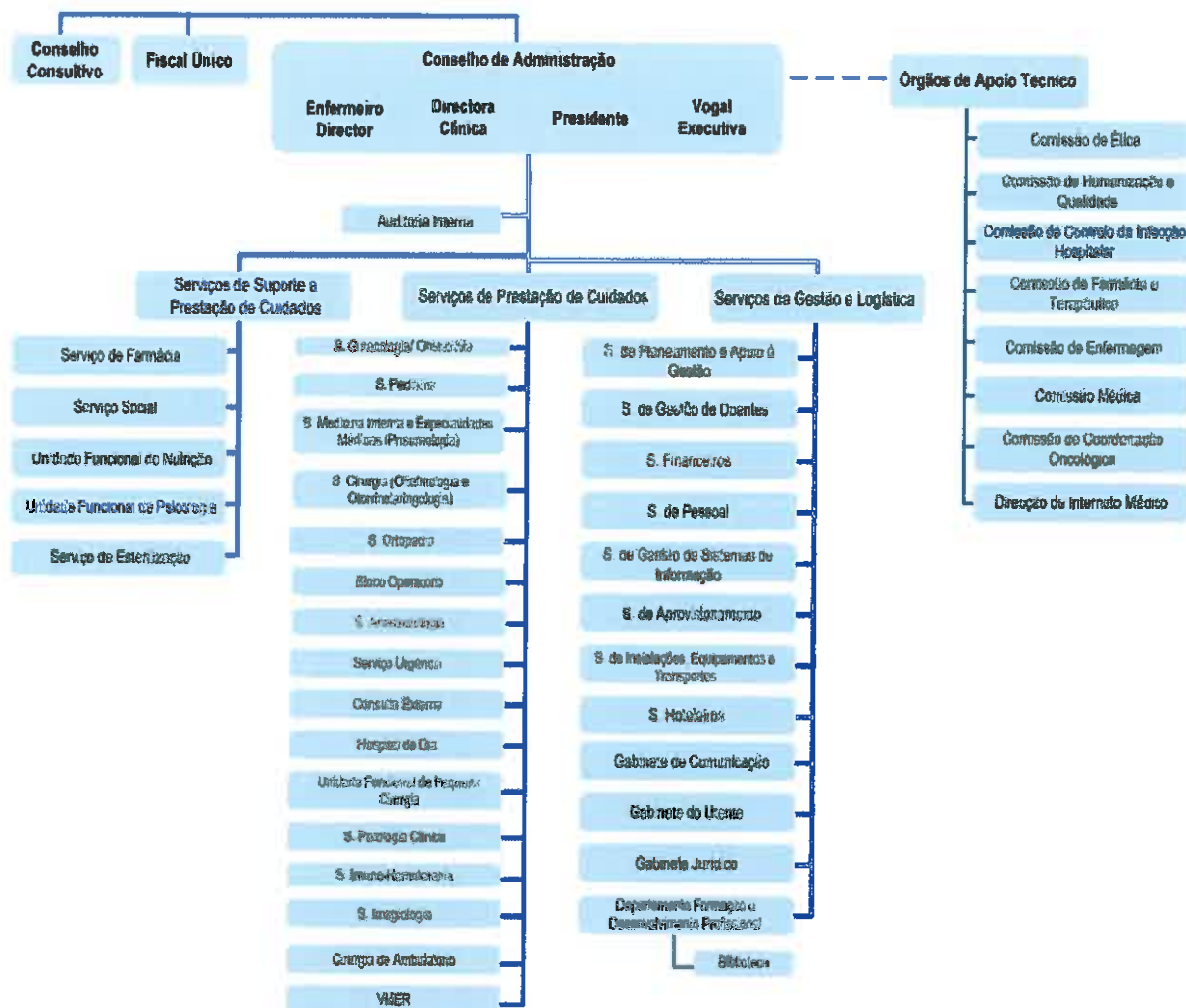
CONSELHO CONSULTIVO

Ao Conselho Consultivo compete apreciar os planos de atividade de natureza anual e plurianual, apreciar todas as informações que tiver por necessárias para o acompanhamento da atividade do Hospital e emitir recomendações tendo em vista o melhor funcionamento dos serviços a prestar às populações, tendo em conta os recursos disponíveis.

Aguarda nomeação.

Ch
Quito
A
JK

1.3.2. ORGANIGRAMA DO HOSPITAL SANTA MARIA MAIOR, EPE



2.

ATIVIDADE ASSISTENCIAL



2.1. ATIVIDADE GLOBAL EM 2013

Para apreciação global e evolutiva da atividade do HSMM, apresentam-se os resultados das grandes áreas funcionais que caracterizam a sua atividade assistencial: o Internamento, a Consulta Externa, a Urgência, a Atividade Cirúrgica, o Hospital de Dia e os Meios Complementares de Diagnóstico e Terapêutica.

A análise dos principais indicadores, a seguir designados, permite-nos abordar a performance produtiva do HSMM nas respetivas linhas de produção.

Os resultados são reportados globalmente, comparando as respetivas variações para os dois últimos anos (2012 e 2013), por Serviço ou Especialidade.

ATIVIDADE GLOBAL – EVOLUÇÃO 2012/2013

ATIVIDADE	2012	2013	Δ% (2012/2013)
Internamento - doentes saídos	5.192	5.115	-1%
Consultas Externas - n.º consultas	70.862	62.678	-12%
Hospital de Dia - atividade total	3.819	2.426	-36%
Urgência - n.º atendimentos	73.120	71.340	-2%
Atividade Cirúrgica - n.º doentes intervencionados	3.656	3.142	-14%

TABELA 7 – ATIVIDADE GLOBAL - EVOLUÇÃO 2012/2013

A produção realizada em 2013 sofreu uma diminuição, face a igual período de 2012, em todas as linhas de produção, designadamente, o Hospital de Dia registou menos 36% da sua atividade, a Atividade Cirúrgica diminuiu o número de doentes intervencionados em 14%, a Consulta Externa com menos 12% de consultas, o Serviço de Urgência com menos 2% de doentes atendidos e o Internamento com menos 1% de doentes saídos.

Em seguida procede-se a uma análise mais detalhada por linha de produção.

2.2. ATIVIDADE POR LINHAS DE PRODUÇÃO

2.2.1. INTERNAMENTO

No âmbito das medidas definidas no caderno da reforma hospitalar, em 1 de junho de 2013, foi alterada a lotação, de 124 para 117 camas, repartidas pelas seguintes especialidades:

LOTAÇÃO

INTERNAMENTO	2012	2013	Δ Absoluta	Δ%
Lotação (Total)	124	117	-7	-6%
Cirurgia	26	23	-3	-12%
Ginecologia	5	3	-2	-40%
Medicina	51	51	0	0%
Ortopedia	23	23	0	0%
Otorrinolaringologia	2	2	0	0%
Pediatria	17	15	-2	-12%

TABELA 8 – LOTAÇÃO A 31 DE DEZEMBRO

Em 2013, o Serviço de Internamento do HSMM, registou 5.115 doentes saídos das várias especialidades. Este valor representou uma diminuição de 77 doentes face ao ano de 2012.

O doente saído por cama foi calculado com base na lotação a 31 de dezembro. Assim, verificou-se um aumento do número de doentes saídos por cama de 42 para 44, aumentando por outro lado a taxa de ocupação de 81,74% para 84,34%.

Relativamente à demora média verificou-se um aumento de 1% e a taxa de reinternamento a 30 dias registou uma diminuição de 3%, face a 2012.

INDICADORES GLOBAIS DO INTERNAMENTO

INTERNAMENTO	2012	2013	Δ Absoluta	Δ%
Lotação	124	117	-7	-6%
Doentes Saídos	5.192	5.115	-77	-1%
Doente Saído/Cama	42	44	2	4%
Dias de Internamento	37.054	36.916	-138	0%
Taxa de Ocupação (%)	81,74	84,34	2,60	3%
Demora Média (dias)	7,13	7,22	0,09	1%
Taxa de Reinternamentos em 30 dias	9,30%	9,00%	-0,30%	-3%

TABELA 9 – EVOLUÇÃO DOS INDICADORES DO INTERNAMENTO

Em seguida apresenta-se uma análise mais detalhada da atividade em cada um dos serviços de internamento existentes no HSMM.

DOENTES SAÍDOS

DOENTES SAÍDOS	2012	2013	Δ Absoluta	Δ%
Cirurgia	1.308	1.330	22	2%
Ginecologia	93	47	-46	-49%
Medicina	2.424	2.488	64	3%
Ortopedia	629	574	-55	-9%
Otorrino	133	45	-88	-66%
Pediatria	605	631	26	4%
Total	5.192	5.115	-77	-1%

TABELA 10 – EVOLUÇÃO DOS DOENTES SAÍDOS, POR SERVIÇO

Em 2013 saíram da especialidade de Medicina mais 64 doentes, que representa uma variação positiva de 3%, face a 2012.

Os serviços de Ginecologia, ORL e Ortopedia apresentam variações negativas no número de doentes saídos. Em qualquer dos casos, estes resultados resultam da redução do número de clínicos das especialidades em análise. Esta problemática é do conhecimento da tutela, uma vez que o número de quadros médicos se tem vindo a deteriorar nos últimos anos, por força das saídas verificadas, em paralelo com os elevados condicionalismos no que concerne a contratação de pessoal.

DOENTES SAÍDOS POR GDH

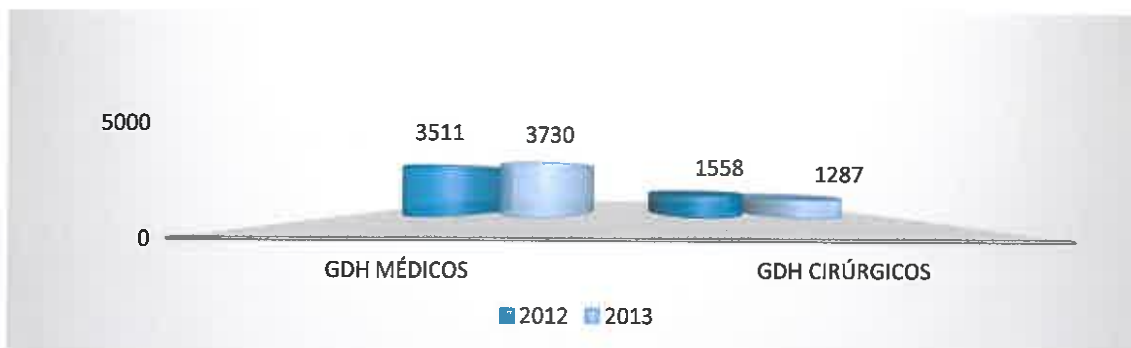


GRÁFICO 1 – DOENTES SAÍDOS POR GDH

Registou-se uma diminuição total do número de GDH, menos 52 face a 2012. No entanto, numa análise mais pormenorizada, verifica-se que a diminuição ocorreu nos GDH cirúrgicos, com menos 271, por força dos condicionalismos anteriormente referidos, sendo que os GDH médicos aumentaram em 219, relativamente a 2012.

De referir ainda, que em 2013, não foi possível atribuir GDH a 98 episódios.

DIAS DE INTERNAMENTO

DIAS DE INTERNAMENTO	2012	2013	Δ Absoluta	Δ%
Cirurgia	6.333	6.293	-40	-1%
Ginecologia	295	128	-167	-57%
Medicina	21.783	22.919	1.136	5%
Ortopedia	5.644	4.722	-922	-16%
Otorrinolaringologia	245	110	-135	-55%
Pediatria	2.754	2.744	-10	0%
Total	37.054	36.916	-138	0%

TABELA 11 – EVOLUÇÃO DOS DIAS DE INTERNAMENTO, POR SERVIÇO

Em 2013, os dias de internamento registaram uma ligeira diminuição em relação ao mesmo período de 2012. Essa diminuição verificou-se sobretudo nos serviços de Ortopedia, Otorrino e Ginecologia, que apresentaram, respetivamente, uma diminuição de 922, 135 e 167 dias, face a 2012. Em contrapartida o serviço de Medicina registou um aumento do número de dias de internamento, na ordem dos 5%.

TAXA DE OCUPAÇÃO

TAXA DE OCUPAÇÃO	2012	2013	Δ Absoluta	Δ%
Cirurgia	66,55%	71,10%	4,55	7%
Ginecologia	16,12%	9,15%	-6,97	-43%
Medicina	116,70%	123,12%	6,42	6%
Ortopedia	67,05%	56,25%	-10,80	-16%
Otorrinolaringologia	33,47%	15,07%	-18,40	-55%
Pediatria	44,26%	47,48%	3,22	7%
Total	81,74%	84,34%	2,60	3%

TABELA 12 – EVOLUÇÃO DA TAXA DE OCUPAÇÃO, POR SERVIÇO

Handwritten signatures and initials in blue ink.

A taxa de ocupação global do Hospital, em 2013, registou um aumento de 3%, face a igual período de 2012, em resultado da redução da lotação oficial do internamento.

DEMORA MÉDIA

DEMORA MÉDIA	2012 (dias)	2013 (dias)	Δ Absoluta (dias)	Δ%
Cirurgia	4,84	4,73	-0,11	-2%
Ginecologia	3,17	2,72	-0,45	-14%
Medicina	8,99	9,21	0,22	2%
Ortopedia	8,97	8,23	-0,74	-8%
Otorrinolaringologia	1,84	2,44	0,60	33%
Pediatria	4,55	4,35	-0,20	-4%
Total	7,13	7,22	0,09	1%

TABELA 13 – EVOLUÇÃO DA DEMORA MÉDIA, POR SERVIÇO

O conceito de demora média expressa o rácio entre o número de dias de internamento dos doentes saídos (dias I.S.) e o número de doentes saídos.

Em 2013 a demora média dos serviços de Internamento do HSMM foi de 7,22 dias para o total de 5.115 doentes saídos, face a 7,13 dias para o total de 5.192 doentes saídos em 2012.

REDE NACIONAL DE CUIDADOS CONTINUADOS INTEGRADOS

UNIDADES DE REDE	LOTAÇÃO (camas)	LOCALIDADE	DATA INÍCIO
Unidade de Convalescença	19	Esposende	04-12-2006
Unidade de Média Duração e Reabilitação	10	Esposende	04-12-2006
Unidade de Longa Duração e Manutenção	42	Barcelos	14-04-2009
Unidade de Longa Duração e Manutenção	31	Esposende	30-05-2011
Equipa de Cuidados Continuados (ECCI Barcelos)	20	Barcelos	01-12-2010
Equipa de Cuidados Continuados (ECCI Barcelinhos)	20	Barcelos	01-03-2011
Equipa de Cuidados Continuados (ECCI Esposende)	20	Esposende	01-09-2011

TABELA 14 – UNIDADES DE REDE

O decreto-lei n.º 101/2006, de 6 de junho, criou a Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados (RNCCI), a funcionar desde esta data, sendo que atualmente, nos concelhos de Barcelos/Esposende, existem 4 Unidades e 3 equipas de cuidados continuados integrados.

A EGA é constituída por uma equipa pluridisciplinar que contempla uma Assistente Social, uma Enfermeira e um Médico.

Relativamente ao trabalho desenvolvido pela EGA em colaboração com os serviços, tem-se verificado uma sinalização atempada dos utentes com critérios de ingresso na RNCCI.

Handwritten signatures and initials in blue ink.

Em termos de boas práticas a UMCCI aponta que os doentes sejam sinalizados até 4 dias após o internamento no serviço que faz a sinalização.

DOENTES SINALIZADOS – EVOLUÇÃO

ANO	ANO	2012	2013	Δ Absoluta	Δ%
N.º de Doentes Sinalizados	Total	648	740	92	14%
	Em tempo adequado	540	647	107	20%
Taxa de Sinalização	Total	14,86%	16,84%	2%	13%
	Em tempo adequado	14,25%	14,40%	0%	1%

TABELA 15 - DOENTES SINALIZADOS

DOENTES REFERENCIADOS – EVOLUÇÃO

ANO	2012	2013	Δ Absoluta	Δ%
N.º de Doentes Referenciados	454	435	-19	-4%
Taxa de Referência	10,45%	9,90%	-1%	-5%

TABELA 16 – DOENTES REFERENCIADOS

N.º DE DOENTES REFERENCIADOS E ADMITIDOS, POR SERVIÇO

SERVIÇO	2012		2013	
	Doentes referenciados à RNCCI	Ingressos na RNCCI	Doentes referenciados à RNCCI	Ingressos na RNCCI
Medicina	207	155	236	155
Ortopedia	222	206	182	166
Cirurgia	27	25	17	14
Total	456	386	435	335

TABELA 17 – N.º DE DOENTES REFERENCIADOS E ADMITIDOS POR SERVIÇO DE ORIGEM DO HSMM

Como resultado de um trabalho intensivo de mobilização dos profissionais das equipas dos diferentes Serviços de Internamento, nomeadamente Medicina, Ortopedia e Cirurgia, com implementação de novas metodologias de trabalho, tem resultado uma maior qualidade e melhor gestão nas intervenções e tratamento das altas dos doentes. Também por parte das famílias, se tem verificado uma grande adesão aos planos terapêuticos definidos para apoio à recuperação funcional e processo de reintegração sócio familiar aos doentes com dependência, que visam essencialmente proporcionar melhor qualidade nos cuidados pós alta e consequente qualidade de vida dos doentes e seus familiares.

Handwritten signatures and initials in blue ink.

DOENTES ADMITIDOS POR LOCAL E UNIDADE DA REDE

UNIDADE DA REDE	N.º Doentes Encaminhados	
	2012	2013
UC - SCM Esposende	64	48
UC - ULS Matosinhos	8	4
UC - SCM Póvoa Lanhoso	48	43
UC - SCM Riba D'Ave	21	19
UC - WeCare (Povoa de Varzim)	42	12
UC - Bella Vida (Viana do Castelo)	28	38
UC - CHH Arcos de Valdevez	1	0
UC - CHAA Pólo de Cabeceiras de Basto	1	0
UC - Paredes	1	0
UMDR - SCM Vila Verde	6	20
UMDR - SCM Esposende	7	2
UMDR - SCM Vila Conde	2	2
UMDR - SCM Riba D'Ave	5	1
UMDR - SCM de Monção	0	2
UMDR - Clipóvoa (P. Varzim)	5	0
UMDR - SCM Arcos de Valdevez	8	9
UMDR - Sto Tirso	0	0
UMDR - Antonio Francisco Guimarães (Vizela)	13	1
UMDR - Corino Andrade (Povoa Varzim)	2	0
UMDR - Radelfe (Paços de Ferreira)	0	1
UMDR - Poverello (Braga)	11	13
ULDM - 5 Sensi (Tregosa-Barcelos)	18	24
ULDM - SCM Vila Verde	0	0
ULDM - SCM Arcos de Valdevez	1	0
ULDM - SCM de Póvoa de Varzim	0	4
ULDM - Poverello (Braga)	1	0
ULDM - WeCare (Povoa de Varzim)	4	2
ULDM - Dr.Queiros de Faria (Esposende)	37	24
ULDM - Marco de Canavezes	0	0
ULDM SCM Vila Conde	1	1
ULDM - Nespereira (Guimarães)	1	0
ULDM - Darque	0	1
UCP - WeCare (Povoa de Varzim)	1	1
UCP - Poverello (Braga)	4	8
UCP - IPO Porto	1	2
ECCI - Barcelos	14	12
ECCI - Barcelinhos	17	25
ECCI - Esposende	13	16
Total	386	335

TABELA 18 – DOENTES ADMITIDOS POR LOCAL/UNIDADE DA REDE

2.2.2. CONSULTA EXTERNA

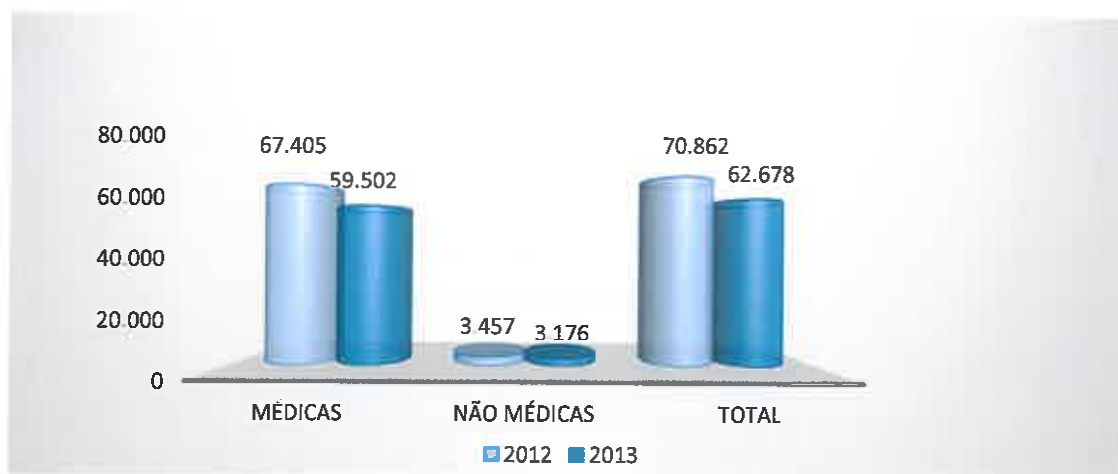


GRÁFICO 2 – N.º DE TOTAL DE CONSULTAS

Em 2013, o número total de consultas efetuadas diminuiu, fixando-se em menos 12% face a 2012. Esta diminuição evidencia-se, sobretudo, nas consultas de Anestesiologia, Cardiologia, Oftalmologia e Pneumologia.

Mais uma vez, estas reduções são resultado da carência de médicos das especialidades em análise.

CONSULTAS POR VALÊNCIA

CONSULTAS MÉDICAS	2012	2013	Δ N.º	Δ%
Total Primeiras	19.407	17.352	-2.055	-11%
Anestesiologia	1.374	940	-434	-32%
Cardiologia	145	143	-2	-1%
Cirurgia	4.931	4.531	-400	-8%
Ginecologia	981	917	-64	-7%
Imuno-Hemoterapia	333	448	115	35%
Medicina	1.031	1.130	99	10%
Obstétrica	354	170	-184	-52%
Oftalmologia	3.364	2.202	-1.162	-35%
Oncologia Médica	254	202	-52	-20%
Ortopedia	3.228	3.309	81	3%
Otorrino	1.498	1.696	198	13%
Pediatria	1.501	1.321	-180	-12%
Pneumologia	413	343	-70	-17%

TABELA 19 – N.º DE PRIMEIRAS CONSULTAS MÉDICAS REALIZADAS

Ch
C. Pinto
[Signature]

CONSULTAS MÉDICAS	2012	2013	Δ N.º	Δ%
Total Subsequentes	47.998	42.150	-5.848	-12%
Anestesiologia	32	8	-24	-75%
Cardiologia	2.124	1.251	-873	-41%
Cirurgia	4.792	4.673	-119	-2%
Ginecologia	1.307	1.518	211	16%
Imuno-Hemoterapia	12.477	12.742	265	2%
Medicina	5.420	5.454	34	1%
Obstetrícia	2.256	476	-1.780	-79%
Oftalmologia	1.409	2.304	895	64%
Oncologia Médica	3.028	1.726	-1.302	-43%
Ortopedia	2.472	2.387	-85	-3%
Otorrino	5.026	2.910	-2.116	-42%
Pediatria	5.938	5.548	-390	-7%
Pneumologia	1.717	1.153	-564	-33%

TABELA 20 – N.º DE CONSULTAS MÉDICAS SUBSEQUENTES REALIZADAS

CONSULTAS NÃO MÉDICAS	2012	2013	Δ N.º	Δ%
Não Médicas (Total)	3.457	3.176	-281	-8%
Primeiras	519	463	-56	-11%
Nutrição	268	225	-43	-16%
Psicologia	251	238	-13	-5%
Subsequentes	2.938	2.713	-225	-8%
Nutrição	1.299	860	-439	-34%
Psicologia	1.639	1.853	214	13%

TABELA 21 – N.º DE CONSULTAS NÃO MÉDICAS REALIZADAS

Recorrendo ao detalhe, podemos verificar que parte das especialidades evidenciou uma diminuição do número de consultas. O total das Consultas Médicas apresenta uma diminuição de 12%, distribuídas pelas Primeiras Consultas (-11%) e pelas Consultas Subsequentes (-12%). Da mesma forma, o total das Consultas Não Médicas apresenta uma variação negativa de 8%, repartida pelas Primeiras Consultas (-11%) e pelas Consultas Subsequentes (-8%).

TAXA DE ACESSIBILIDADE

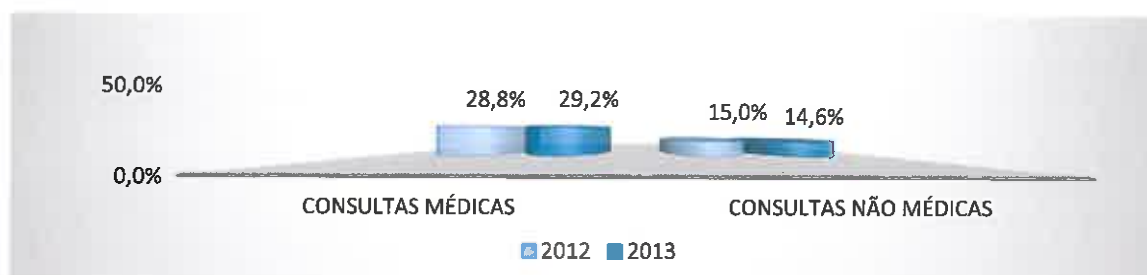


Gráfico 3 – Taxa de Acessibilidade

Handwritten signatures and initials in blue ink.

O grau de facilidade de acesso aos cuidados especializados hospitalares e o nível de posterior acompanhamento, pode ser avaliado pela taxa de acessibilidade (peso das primeiras consultas no total das consultas).

A variação da taxa de acessibilidade de consultas médicas em 2013 foi superior a 1%, face a 2012.

O rácio entre o número de primeiras consultas médicas e o total de consultas médicas é também um dos indicadores de monitorização da ACSS para financiamento e foi fixado para 2013 em 30,89%, pelo que, como verificamos no gráfico anterior, o valor ficou nos 29,2%.

PEQUENAS CIRURGIAS

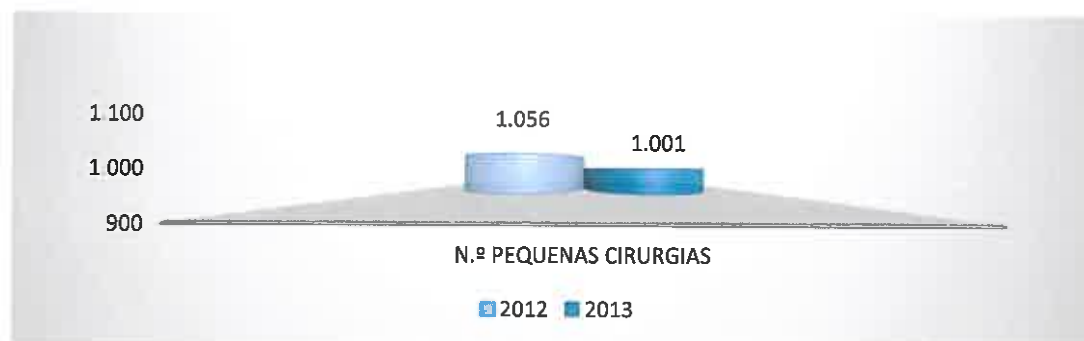


Gráfico 4 – N.º de Pequenas Cirurgias em Consulta Externa

Relativamente ao número de pequenas cirurgias realizadas no âmbito da Consulta Externa, verificou-se uma diminuição de 5%, face aos valores verificados no ano transato, correspondendo a menos 55 pequenas cirurgias.

2.2.3. URGÊNCIA

ATENDIMENTOS DO SERVIÇO DE URGÊNCIA

URGÊNCIA	2012	2013	Δ N.º	Δ%
Geral	51.336	50.996	-340	-1%
Pediátrica	21.784	20.344	-1.440	-7%
<i>Total</i>	73.120	71.340	-1.780	-2%

TABELA 22 – N.º DE ATENDIMENTOS DO S. URGÊNCIA

Durante o exercício de 2013, o Serviço de Urgência registou uma diminuição da sua atividade face ao mesmo período do ano anterior. Essa diminuição focou-se essencialmente na Urgência Pediátrica, menos 7% face a 2012.

VIATURA MÉDICA DE EMERGENCIA E REANIMAÇÃO (ADSTRITA AO HSMM)

VMER	2012	2013	Δ N.º	Δ%
N.º Médicos	28	29	1	4%
N.º Enfermeiros	17	17	0	0%
N.º situações que ocorreu	1.187	1.538	351	30%
Média diária	3,2	4,2	1	30%
Taxa inoperacionalidade	3,3%	3,1%	-0,2%	-6%

TABELA 23 – ATIVIDADE DA VMER

A área de influência da VMER, sob a responsabilidade do INEM, compreende os concelhos de Barcelos e de Esposende, embora, na prática, e quando necessário, abranja toda a região do Minho.

A equipa da VMER assegura o funcionamento de 3 turnos diários (Manhã/Tarde/Noite), e tem dado resposta a variadíssimas ocorrências registando um aumento, em 2013, de 351 saídas face a igual período de 2012.

2.2.4. ATIVIDADE CIRÚRGICA

ATIVIDADE GLOBAL – Nº DE DOENTES INTERVENÇIONADOS

Atividade Cirúrgica			2012	2013	Δ N.º	Δ%
Programada	Convencional	Base	1.205	1.121	-84	-7%
		Adicional	0	0	0	
	Ambulatório		2.073	1.847	-226	-11%
Urgente			378	174	-204	-54%
Total			3.656	3.142	-514	-14,1%

TABELA 24 – ATIVIDADE CIRÚRGICA

Handwritten signatures and initials in blue ink.

CIRURGIA CONVENCIONAL PROGRAMADA (BASE)



Gráfico 5 – Cirurgia Convencional Programada - Base

Relativamente à cirurgia convencional programada (base), podemos constatar que se verificou uma diminuição de 7% neste indicador de atividade, devido à diminuição de 52% na produção da especialidade de Ginecologia e de 66% na especialidade de ORL.

Esta diminuição é justificada, como anteriormente mencionado, pela redução do número de pessoal médico ao serviço da instituição.

CIRURGIA DE AMBULATÓRIO

Cirurgia Ambulatório	2012	2013	Δ N.º	Δ%
N.º Doentes Intervencionados	2.073	1.847	-226	-11%
Cirurgia	693	541	-152	-22%
Ginecologia	25	31	6	24%
Oftalmologia	575	611	36	6%
Otorrinolaringologia	466	332	-134	-29%
Ortopedia	314	332	18	6%
N.º Cirurgias	2.951	2.540	-411	-14%
Cirurgia	768	571	-197	-26%
Ginecologia	41	49	8	20%
Oftalmologia	1.093	1.028	-65	-6%
Otorrinolaringologia	721	550	-171	-24%
Ortopedia	328	342	14	4%

TABELA 25 – CIRURGIA DE AMBULATÓRIO - ATIVIDADE

Em 2013 foram intervencionados menos 226 doentes em cirurgias de ambulatório, do que no ano anterior. Por outro lado, o número de cirurgias diminuiu em 14 % resultado da diminuição da atividade de Cirurgia, em menos 197 cirurgias, Oftalmologia com menos 65 cirurgia e ORL com menos 171 cirurgias, face a igual período do ano anterior.

Ch
Off. Auto
4

GDH AMBULATÓRIO



Gráfico 6 – GDH Ambulatório

CIRURGIA CONVENCIONAL URGENTE



Gráfico 7 – Cirurgia Convencional Urgente

A atividade cirúrgica urgente realizada no hospital diminuiu 54% face a igual período de 2012.

2.2.5. HOSPITAL DE DIA

EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO DO HOSPITAL DE DIA

HOSPITAL DE DIA	2012	2013	Δ N.º	Δ%
Pediatria	457	310	-147	-32%
Medicina	1.260	1.173	-87	-7%
Geral Polivalente	0	11	11	
Imunohemoterapia	820	718	-102	-12%
Medicina (Reabilitação)	1.039	0	-1.039	-100%
Pneumologia	243	214	-29	-12%
Atividade Total Hospital de Dia	3.819	2.426	-1.393	-36%
Doentes Tratados	423	400	-23	-5%

TABELA 26 – PRODUÇÃO HOSPITAL DE DIA, POR ESPECIALIDADE

Ch
Pinho
4

No Hospital de Dia verificou-se uma diminuição de 36% na sua atividade total, sendo que o número de doentes tratados diminuiu 5%.

HOSPITAL DE DIA	2012	2013	Δ N.º	Δ%
Sessões	3.004	1.629	-1.375	-46%
GDH - Quimioterapia	815	797	-18	-2%
Atividade Total Hospital de Dia	3.819	2.426	-1.393	-36%

TABELA 27 – PRODUÇÃO HOSPITAL DE DIA

Em 2013 a atividade do Hospital de Dia decresceu cerca de 36%, uma vez que deixaram de ser realizadas sessões da especialidade de Medicina Física e Reabilitação, as quais em 2012 perfizeram 1.039 sessões.

GDH QUIMIOTERAPIA

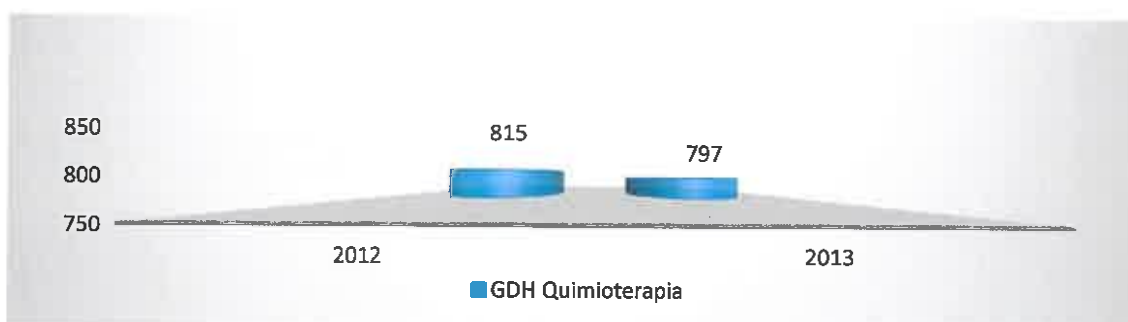


Gráfico 8 – GDH Quimioterapia

2.2.6. MEIOS COMPLEMENTARES DE DIAGNÓSTICO E TERAPÊUTICA REALIZADOS NO HOSPITAL

Ao nível dos MCDT realizados continua a verifica-se a necessidade de recurso à realização de MCDT no exterior, dada a inexistência de capacidade técnica e humana para a realização de determinados tipos de exames internamente.

Nos quadros seguintes é evidenciado os MCDT realizados pelos serviços do Hospital.



EVOLUÇÃO DOS MCDT REALIZADOS NO HOSPITAL

MCDT Realizados no Hospital	2012	2013	Δ Valor	Δ%
Análises	481.636	468.572	-13.064	-3%
Patologia Clínica	431.954	421.060	-10.894	-3%
Imunohemoterapia	49.682	47.512	-2.170	-4%
Exames	50.429	49.534	-895	-2%
Imagiologia	42.793	43.382	589	1%
ORL	1.573	1.345	-228	-14%
Oftalmologia	4.099	3.284	-815	-20%
Pneumologia	1.964	1.523	-441	-22%
Total	532.065	518.106	-13.959	-3%

TABELA 28 – MCDT REALIZADOS NO HOSPITAL

Verifica-se que os MCDT realizados internamente diminuíram em todas as rubricas, com exceção de imagiologia, acompanhando a diminuição das várias linhas de produção contratualizada.

2.2.7. MEIOS COMPLEMENTARES DE DIAGNÓSTICO E TERAPÊUTICA REALIZADOS NO EXTERIOR



Gráfico 9 – Total de MCDT Realizados no Exterior

No ano de 2013, a evolução do nº de MCDT realizados no exterior demonstra um aumento na ordem dos 24%, mais 3.526 exames, quando comparado com o ano anterior.

O aumento mais significativo verificou-se na área de imagiologia com mais 2.165 exames que em 2012, mais concretamente no número de Tomografias Axial Computorizada realizadas (+1.577), Ecografias (+594) e Ressonâncias Magnéticas (+165).

Handwritten signatures and initials in blue ink.

EVOLUÇÃO DOS MCDT REALIZADOS NO EXTERIOR

Meios Complementares Diagnóstico e Terapêutica	2012	2013	Δ Valor	Δ%
Anatomia Patológica	4.751	4.897	146	3%
Imagiologia	6.862	9.027	2.165	32%
Medicina Nuclear	264	421	157	59%
Gastroenterologia	1.117	1.512	395	35%
Medicina Física e Reabilitação	0	6	6	
Cardiologia	704	766	62	9%
Neurofisiografia	115	164	49	43%
Estudo do Sono	64	124	60	94%
Oftalmologia	7	3	-4	-57%
Pneumologia	31	107	76	245%
Otorrinolaringologia	17	11	-6	-35%
Ginecologia	0	1	1	
Outros	576	995	419	73%
Total	14.508	18.034	3.526	24%

TABELA 29 – MCDT REALIZADOS NO EXTERIOR

3.

RECURSOS HUMANOS





3.1. RECURSOS HUMANOS

3.1.1. CARACTERIZAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS

O HSMM contava, em dezembro de 2013, com a colaboração de 533 profissionais, 490 em efetivos a tempo completo (ETC).

A passagem para o regime das 40 horas semanais, previsto no final do ano de 2013, trouxe um acréscimo de horas de trabalho semanal na ordem das 1235 horas, com especial incidência nas áreas de enfermagem e serviços gerais.

Quanto à distribuição de recursos humanos (RH) por remuneração base mensal (RBM), verifica-se que a esmagadora maioria dos profissionais (86%) auferem menos de 2.000 € de RBM, sendo que cerca de 38% auferem uma RBM abaixo dos 1.000 €. O leque salarial ilíquido é de cerca de 10, o que significa que a RBM mais elevado paga no HSMM é 10 vezes superior à mais RBM mais baixa.

O ano de 2013 ficou marcado pela manutenção da redução salarial e dos constrangimentos ao nível da contratação de novos profissionais, colocando enorme pressão nos serviços mais afetados com aposentações ou baixas por doença. Assim, ainda mais se releva a dedicação e resiliência dos profissionais do HSMM, que, mesmo em tempos difíceis, souberam dar o seu melhor em prol do HSMM.

NÚMERO DE ATIVOS POR GRUPO PROFISSIONAL E VÍNCULO

GRUPO PROFISSIONAL	2012	2013	Δ Absoluta (12/13)	Δ% (12/13)
Dirigentes	4	5	1	25%
Médico	135	124	-11	-8%
Técnico Superior de Saúde	5	5	0	0%
Técnicos Superiores	12	15	3	25%
Informática	3	3	0	0%
Enfermagem	172	169	-3	-2%
Técnicos de Diagnóstico e Terapêutica	24	24	0	0%
Pessoal Administrativo	51	49	-2	-4%
Serviços Gerais	146	138	-8	-5%
Religioso	1	1	0	0%
Total	553	533	-20	-4%

Nota: Foram incluídos: em 2012 - Prestadores Serviço em nome Individual (54 Médicos e 6 Empresas, 1 TDT PS em nome Individual e 1 Tsup em nome Individual); em 2013 - Prestadores Serviço em nome Individual (51 Médicos e 6 Empresas, 1 TDT PS em nome Individual e 1 Tsup em nome Individual);

TABELA 30 – ATIVOS POR GRUPO PROFISSIONAL

[Handwritten signatures]

Dos 533 profissionais, a maioria tem vínculo baseado em contrato de trabalho em funções públicas (295) e em contrato individual de trabalho (174), correspondendo as prestações de serviço a cerca de 11% do total de profissionais ao serviço do HSMM.

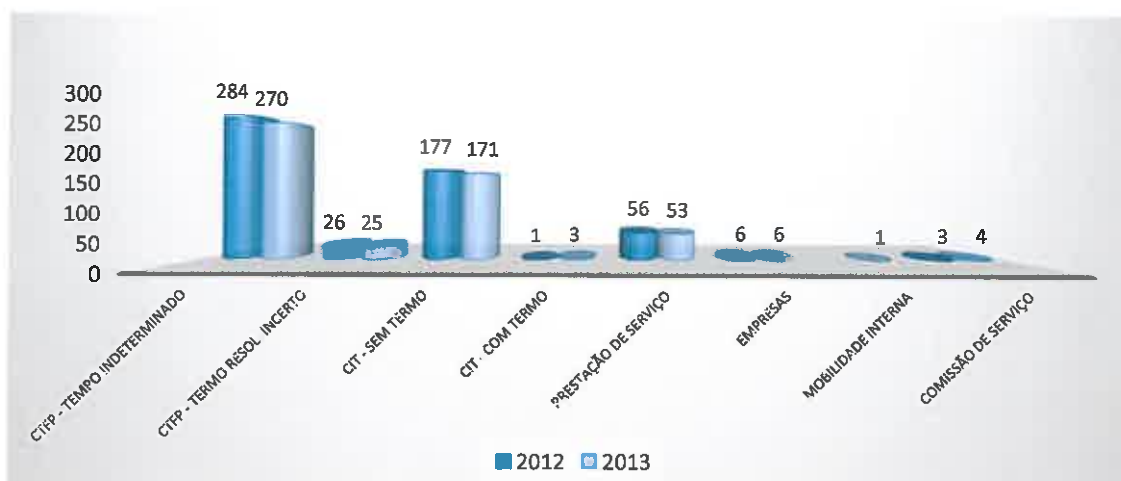


Gráfico 10 – Profissionais por Vínculo

Da análise à estrutura de RH do HSMM, verifica-se que há apenas três casos de contrato de trabalho a termo, sendo que 99,37% dos profissionais do HSMM, excluindo os prestadores de serviço e médicos internos, têm vínculo por tempo indeterminado

O grupo profissional mais representativo é o da enfermagem, que corresponde a 36% dos profissionais, excluindo a prestação de serviços.

DISTRIBUIÇÃO DE ATIVOS POR SEXO

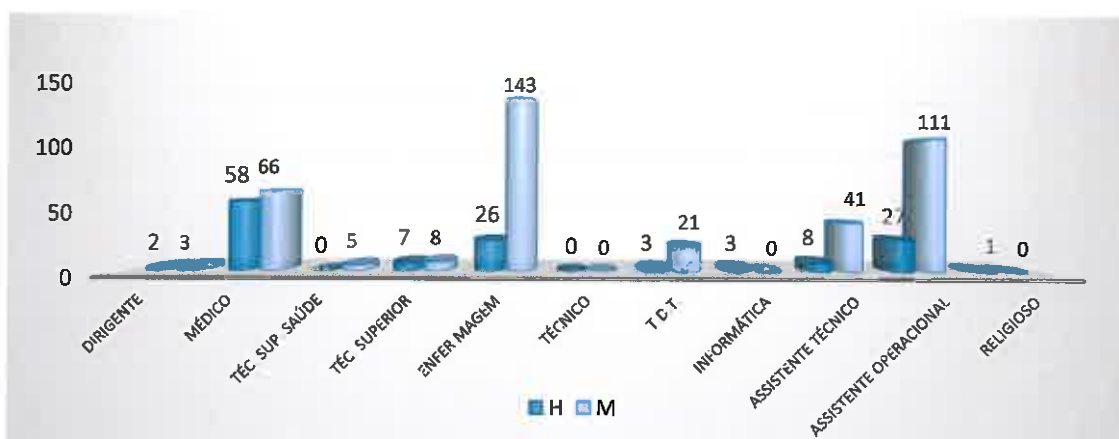


Gráfico 11 – Distribuição de Ativos por Sexo

Handwritten signatures and initials in blue ink.

Dos 533 profissionais, 75% são do sexo feminino (398 profissionais), com particular incidência nas áreas de enfermagem e assistente operacional. Alias, apesar da prevalência, a única exceção à regra é a área de técnicos superiores, com 8 elementos do sexo feminino e 7 do masculino.

ATIVOS POR FAIXA ETÁRIA

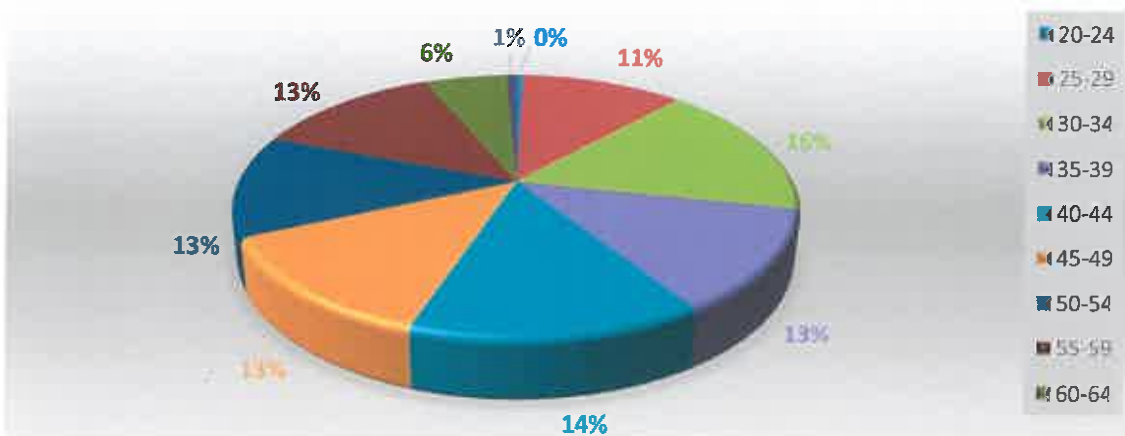


Gráfico 12 – Distribuição de Ativos por Faixa Etária

A estrutura etária do HSMM é praticamente homogênea entre as classes dos 25-29 anos até aos 55-59 anos, apesar de haver uma ligeira maioria de profissionais (53%) com a idade compreendida entre os 20 e os 44 anos.

O nível etário médio dos profissionais no HSMM é de 42 anos.

HABILITAÇÕES ACADÉMICAS

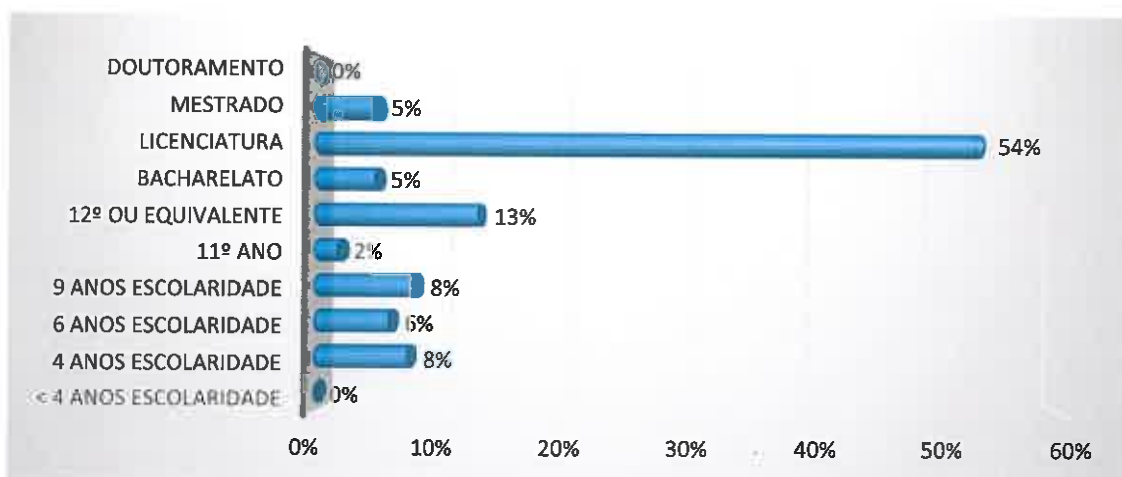


Gráfico 13 – Habilitações Académicas



Em termos de escolaridade dos profissionais do HSMM, verifica-se uma maioria de profissionais com licenciatura ou formação superior (54%). Contudo, verifica-se, ainda, que cerca de 26% dos profissionais tem menos do 12.º ano de formação, sendo relevante considerar os cerca de 15% com formação inferior ao 9.ºano de escolaridade, particularmente na área de assistente operacional.

Em sentido contrário, ressalva-se os cerca de 10% de assistentes operacionais que possuem formação igual ou superior ao 12.º ano.

De referir que pode haver formação não comunicada ao SGRH, que pode influenciar negativamente os dados apresentados.

4.

ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA



4.1. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

4.1.1. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

	2012	2013	Δ VALOR	Δ%
Proveitos Totais	21.247.587 €	20.247.396 €	- 1.000.191 €	-5%
Custos Totais	21.771.174 €	21.672.106 €	- 99.068 €	0%
Resultado Financeiro	- 54.151 €	- 99.497 €	- 45.346 €	84%
Resultado Operacional	- 526.481 €	- 1.444.132 €	- 917.651 €	174%
RAI	- 523.588 €	- 1.424.710 €	- 901.122 €	172%
RLE	- 525.628 €	- 1.431.488 €	- 905.860 €	172%
EBITDA	48.114 €	- 910.924 €	- 959.038 €	-1993%

TABELA 31 – DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

Da análise à Demonstração de Resultados 2012 e 2013, verifica-se um agravamento de 2012 para 2013. Os agravamentos nos resultados tiveram início já com encerramento das contas de 2012, por força das alterações decorrentes do acórdão 187/2013 do Tribunal Constitucional. Em 31 de março de 2013 o Resultado Antes de Impostos do exercício económico de 2012 era positivo em 223.991€ e por força do acórdão 187/2013 do Tribunal Constitucional, passou a negativo em 523.588€. Este acórdão veio tornar obrigatório o reconhecimento do subsídio de férias aos trabalhadores do Estado, o qual não tinha sido previsto no Orçamento de Estado de 2013.

Em 2013, para além do que atrás foi referido, os resultados negativos acentuam-se explicados pela diminuição dos proveitos em virtude de nos últimos dois anos o quadro médico do hospital ter sofrido uma redução dos seus ativos, independentemente do vínculo com a instituição, em cerca 17%.

ESTRUTURA DE CUSTOS

RUBRICA	DESCRIÇÃO	2012	2013	Δ VALOR	Δ%
61	CMVMC	4.252.568 €	4.381.016 €	128.448 €	3%
62	FSE	3.915.510 €	4.083.371 €	167.861 €	4%
64	Custos com Pessoal	12.591.685 €	12.345.710 €	- 245.975 €	-2%
65	Outros Custos e Perdas Operacionais	16.938 €	16.499 €	- 439 €	-3%
66	Amortizações do Exercício	478.873 €	448.401 €	- 30.472 €	-6%
67	Provisões do Exercício	46.861 €	84.806 €	37.945 €	81%
68	Custos e Perdas Financeiras	147.975 €	118.157 €	- 29.818 €	-20%
69	Custos e Perdas Extraordinários	320.764 €	194.146 €	- 126.618 €	-39%
Total		21.771.174 €	21.672.106 €	- 99.068 €	0%

TABELA 32 – ESTRUTURA DE CUSTOS

Handwritten signatures and initials in blue ink.

Da análise do quadro acima verifica-se um crescimento nas rubricas CMVMC e FSE de 3% e 4% respetivamente.

O crescimento nos CMVMC é explicado, em grande parte, pelo aumento do consumo de medicamentos cedidos a doentes do ambulatório, em cumprimento do despacho nº 18419/2010.

O crescimento dos FSE é explicado, em grande parte, pelo aumento da rubrica “Subcontratos”. O Hospital não dispõe internamente de equipamentos de imagiologia que lhe permita realizar grande parte dos exames de MCDT, para suprir esta carência o hospital tem necessidade de recorrer aos serviços externos. Outro fator que contribui para o aumento desta rubrica são os custos com o Sistema Integrado Gestão Inscritos para Cirurgias (SIGIC). Desde Janeiro de 2012 que os Hospitais de Origem (HO) são financeiramente responsáveis pelos episódios transferidos para os Hospitais de Destino (HD).

ESTRUTURA DE PROVEITOS

RUBRICA	DESCRIÇÃO	2012	2013	Δ VALOR	Δ%
71	Vendas e Prestações de Serviços	19.875.035 €	18.819.383 €	- 1.055.652 €	-5%
73	Proveitos Suplementares	21.808 €	438 €	- 21.370 €	-98%
74	Transf. Subsid. Corrent. Obt.	55.981 €	71.929 €	15.948 €	28%
76	Outros Proveitos/Ganhos Operacionais	823.130 €	921.113 €	97.983 €	12%
78	Proveitos Ganhos Financeiros	93.824 €	18.660 €	- 75.164 €	-80%
79	Proveitos Ganhos Extraordinários	377.809 €	397.871 €	20.062 €	5%
Total		21.247.587 €	19.831.523 €	- 1.416.064 €	-7%

TABELA 33 – ESTRUTURA DE PROVEITOS

Verifica-se uma redução de 7% no total dos proveitos, face ao ano anterior. Na estrutura de proveitos o decréscimo verifica-se essencialmente nas prestações de serviços, representado em termos absolutos uma diminuição dos proveitos em 1.056M de euros. Este decréscimo deve-se ao fato de nos últimos dois anos o quadro médico do hospital ter sofrido uma redução dos seus efetivos em cerca 20%, por motivo de aposentação, pelo que teve como consequência um decréscimo na produção.

Handwritten signatures and initials in blue ink.

Custos com Pessoal

INDICADOR	2012	2013	Δ%
Massa Salarial	12.591.685 €	12.345.710 €	-2%
Rácio Peso Custos c/Pessoal nos Custos Totais	58%	57%	-2%
Rácio Absorção Proveitos Totais por Custos c/ Pessoal	169%	164%	-3%
VAB	11.784.746 €	10.445.364 €	-11%
Número de Colaboradores	543 €	533 €	-2%
VAB por Colaborador	21.703 €	19.597 €	-10%

TABELA 34 – CUSTOS COM PESSOAL - INDICADORES

A rubrica custos com pessoal apresenta uma redução de 2%. Esta redução ocorreu, por um lado, pela redução salarial da função pública, e por outro pela redução do número de colaboradores, que se tem aposentado e não têm sido substituídos.

O Valor Acrescentado Bruto (VAB), indicador de produtividade, evidencia um decréscimo de 11%.

4.1.2. INDICADORES ECONÓMICO-FINANCEIROS

INDICADORES	2012	2013
Liquidez		
Geral	0,42	0,35
Reduzida	0,38	0,32
Imediata	0,13	0,07
Solvabilidade		
Cobertura do Imobilizado	-0,49	-0,79
Autonomia Financeira (%)	-29,45	-48,25
Solvabilidade	-22,75	-32,55
Funcionamento		
Prazo Médio Recebimentos (dias)	78	77
Prazo Médio Pagamentos Ponderado (dias)	151	55
Rotação de Stocks (dias)	27	25

TABELA 35 – INDICADORES ECONÓMICO-FINANCEIROS

Indicadores de Liquidez

Geral, Reduzida e Imediata: estes indicadores mostram uma redução da liquidez em 2013, face a 2012, explicada pelo facto de em 2012 ter sido aplicado um “Plano Extraordinário para Regularização de Dívida do SNS”.

Solvabilidade

Cobertura do Imobilizado: este indicador mostra uma redução da cobertura do imobilizado em 2013 face a 2012, explicada em grande parte pela incorporação do resultado líquido negativo

Handwritten signatures and initials in blue ink.

verificado em 2013 de 1.431,488€. Esta situação veio agravar, ainda mais, o montante negativo dos capitais próprios.

Autonomia Financeira: este indicador mostra uma redução da autonomia em 2013 face a 2012, explicada, não só, pelo agravamento dos capitais próprios negativos, mas também pela diminuição ligeira do Ativo Líquido. De referir que este indicador é definido de modo a assumir valores entre zero e um.

Solvabilidade: este indicador mostra uma redução da solvabilidade em 2013, face a 2012, explicada pelo agravamento dos capitais próprios e um ligeiro aumento do Passivo.

Funcionamento

Prazo Médio Recebimentos (PMR), e Rotação de Stocks, como se pode verificar, estes indicadores não apresentam alterações que justifiquem qualquer comentário.

Prazo Médio de Pagamentos Ponderado (PMPP), este indicador mostra uma redução de 2012 para 2013 de 96 dias no seu PMPP. Esta redução é explicada em grande parte pela aplicação do “Plano Extraordinário para Regularização de Dívida do SNS” e também pela entrada em vigor da Lei 8 de 21 de Fevereiro de 2012.

4.2. PRINCIPAIS ATIVIDADES E INVESTIMENTOS DESENVOLVIDOS EM 2013

4.2.1. INVESTIMENTOS

INVESTIMENTOS	2012	2013	Δ%
Edifícios e outras construções	55.671 €	6.396 €	-89%
Equipamento básico	35.647 €	50.417 €	41%
Ferramentas e utensílios		1.250 €	
Equipamento administ e informático	15.431 €	8.730 €	-43%
Outras imobilizações corpóreas	9.002 €	573 €	-94%
Total	115.751 €	67.366 €	-42%

TABELA 36 – INVESTIMENTOS EM 2013

O quadro acima mostra uma redução de 42% nos investimentos. Esta redução está em linha com as orientações quanto às restrições orçamentais, restringindo as compras de equipamentos ao mínimo indispensável.



4.3. MEDIDAS DESTINADAS A SUPERAR A SITUAÇÃO DEFICITÁRIA DO HSMM

Em 2014, através do Despacho n.º 14181-A/2013. D.R. n.º 213, 2.º Suplemento, Série II de 2013-11-04, é determinado o aumento do capital estatutário do HSMM, em 6.900.000,00€ (69 unidades de participação do Fundo), realizado através da entrega do número de unidades de participação, detidas pelo Estado no Fundo de Apoio ao Sistema de Pagamentos do Serviço Nacional de Saúde. De referir que, as unidades de participação do Fundo entregues, nos termos do nº 1 do mesmo despacho, destinam-se a liquidar os empréstimos que as EPE detêm junto do Fundo. Foi determinado ainda que, são perdoados todos os juros vencidos e não pagos à data de entrada em vigor do referido despacho, ou seja, 1 de janeiro de 2014.

Através do referido Despacho, o Fundo Patrimonial do hospital positiva em 2,5 milhões de euros, em janeiro de n+1.

4.4. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O Conselho de Administração propõe que o resultado líquido negativo de 1.431.488€, apurado no exercício de 2013, seja transferido para a conta de “Resultados Transitados”.

5.

DESENVOLVIMENTO ESTRATÉGICO E ATIVIDADE PARA 2014



Handwritten signatures and initials in blue ink.

5.1. ATIVIDADE ASSISTENCIAL PREVISTA PARA 2014

Para 2014 o HSMM prevê, no seu Plano de Desempenho, a seguinte atividade:

	2013	2014 (PREVISTO)	Δ VALOR	Δ %
Internamento (doentes saídos)¹⁾	5.017	5.225	208	4%
GDH Médicos	3.730	3.802	72	2%
GDH Cirurgicos	1.287	1.423	136	11%
Consulta Externa (n.º de Consultas Médicas)	59.502	64.953	5.451	9%
Primeiras Consultas Médicas	17.352	19.928	2.576	15%
Consultas Médicas Subsequentes	42.150	45.025	2.875	7%
Hospital Dia Sessões²⁾	1.629	2.400	771	47%
Urgência (n.º Episódios sem internamento)	67.282	67.165	-117	0%
GDH Ambulatório	2.697	3.106	409	15%
GDH Médicos	926	1.000	74	8%
GDH Cirurgicos	1.771	2.106	335	19%

NOTA: ¹⁾ Em 2013 no internamento não foi possível atribuir GDH a 98 episódios. ²⁾ Sessões que não geram GDH, inclui sessões de Imuno-Hemoterapia, Medicina, Pneumologia, Pediatria e Hospital Dia Polivanete.

TABELA 37 – ATIVIDADE PREVISTA PARA 2014

5.2. PRINCIPAIS PROGRAMAS DE MELHORIA E ATUAÇÃO

5.2.1. REFORMA HOSPITALAR

AJUSTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

- Reafecção de pessoal;
- Mobilidade interna de pessoal (principalmente enfermagem, assistentes operacionais) mediante necessidades dos serviços;
- Não substituição de profissionais em situações de ausência temporária exceto casos devidamente fundamentados em termos de custo benefício;
- Redução de 2 prestações de serviço no SU Pediátrico;
- Redução global do nº de colaboradores por via da não substituição de elementos aposentados e/ou saídos;
- Contratação de 1 técnico de farmácia ao abrigo da medida estágio emprego (IEFP);
- Contratação de 3 TDT ao abrigo da medida estágio emprego (IEFP);

- Realização de acordo de colaboração com o CHMA (mobilidade externa) com vista à disponibilização de 1 elemento médico de Imuno-hemoterapia a 40h/semana.

SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

- Atualização dos sistemas operativos dos PC's instalados no Hospital que estão em ambiente Windows para uma solução open source, em fase final de desenvolvimento por parte dos SPMS.

QUALIDADE

- Reduzir taxa de infeção cirúrgica através da prossecução da adoção das boas práticas já definidas ou a definir;
- Reduzir taxa global de desmarcação de consultas externas, através do envio de alertas aos utentes (via SMS, chamada telefónica, etc.);
- Melhoria do Sistema de Controlo Interno do processo de reclamações.

MODELO DE GOVERNAÇÃO

- Consolidar especialidades já existentes;
- Desenvolvimento interno e articulação com outras entidades de outros níveis de cuidados.
- Os planos de ação a desenvolver para o futuro visam, nomeadamente:
 - Ao nível da consulta externa, melhorar o acesso às consultas solicitadas pelos médicos de família, promovendo melhor e mais rápida capacidade de resposta:
 - ✓ Aumentar o peso das primeiras consultas;
 - ✓ Reduzir tempos de espera;
 - ✓ Melhorar eficiência no trabalho médico e em algumas especialidades como a pediatria, incrementando a procura. O hospital tem um excesso de oferta, na especialidade de pediatria, face à procura sentida, passando a estratégia por aproximar a realização de consultas da área de residência dos doentes, ou seja, descentralizar a realização das consultas nas unidades de saúde de cuidados primários;
 - ✓ O peso de consultas subsequentes deverá baixar para o máximo de 2,4 consultas subsequentes por cada primeira;



- A atividade cirúrgica (internamento e bloco operatório) deverá, de um modo geral, ser incrementada de meios médicos, em particular, na especialidade de anestesia que é a base de toda a atividade cirúrgica;
- A aposta na cirurgia de ambulatório continua a ser um facto, no entanto, também aqui se faz sentir a grande falta de anestesistas;
- No âmbito do serviço de urgência a aposta deverá ser influenciar a procura no sentido de reduzir substancialmente os 52% dos doentes de cor verde e azul, estando a trabalhar nesse sentido com a direção do ACES;
- O hospital de dia tem de ser incrementado em termos de diversidade das atividades desenvolvidas.

5.2.2. EQUIDADE E ACESSO AOS CUIDADOS DE SAÚDE

ADEQUAÇÃO DA OFERTA DE CUIDADOS DE SAÚDE ÀS NECESSIDADES DAS POPULAÇÕES E ARTICULAÇÃO COM AS REDES DE CUIDADOS DE SAÚDE PRIMÁRIOS

- Expansão da atividade em determinadas linhas de produção nomeadamente Cirurgia Ambulatório;
- Criação da Especialidade de Urologia (Contratação de 2 clínicos);
- Criação da Consulta externa de Urologia;
- Assegurar a realização de intervenções cirurgias convencionais e de ambulatório da especialidade de Urologia;
- Abertura ao exterior da consulta de Cardiologia (Contratação de 1 Clínico em 2014 +1 clínico em 2015);
- Aumentar a capacidade de resposta da Unidade funcional de Psicologia com a inclusão de uma profissional retirada de uma área funcional onde é dispensável;
- Consolidar e desenvolver protocolos clínicos de articulação com as redes de Cuidados de Saúde Primários designadamente na área de Hipocoagulados e DPOC;
- Regular a procura do serviço de urgência (SU), nomeadamente: Sensibilizando os utentes para a utilização do SU nas situações de urgência ou de emergência, nas restantes situações, procurarem o serviço de atendimento permanente do Centro de Saúde da área da ocorrência; Motivar os utentes a recorrerem a metodologias de triagem clínica de prioridade e orientação do doente por via telefónica;

- Reorganização da estrutura humana, física e logística do SU, de forma a responder ao doente urgente e emergente dentro do tempo legalmente previsto;
- Criação da Consulta de Psiquiatria (Contratação de 1 clínico em 2014 + 1 em 2015);
- Criação da Consulta de Neurologia (contratação de 1 clínico em 2014 + 1 em 2015);
- Criação da Consulta de Gastrenterologia (contratação de 1 clínico 2015).

OTIMIZAR A ARTICULAÇÃO COM AS REDES CUIDADOS CONTINUADOS INTEGRADOS

- Revisão do circuito de articulação da EGA com os serviços referenciadores.

5.2.3. QUALIDADE EM SAÚDE

GOVERNAÇÃO CLÍNICA

- Estabelecer protocolos clínicos, procedimentos e recomendações ao nível dos serviços assistenciais;
- Desenvolver atividades de avaliação e gestão de risco de forma a diminuir a probabilidade de resultados adversos ou desfavoráveis para os utentes, profissionais e instituição;
- Implementar atividades de auditoria clínica.

AVALIAÇÃO E SATISFAÇÃO DOS UTENTES E PROFISSIONAIS

- Promover inquéritos de satisfação dos utentes e dos profissionais.

DESENVOLVIMENTO E IMPLEMENTAÇÃO DE METODOLOGIA DE CONTRATUALIZAÇÃO INTERNA

- Definir e formalizar por escrito objetivos e indicadores por serviço;
- Acompanhar periodicamente, através de reuniões com os serviços, a evolução desses objetivos e indicadores.

IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA DE ACREDITAÇÃO/CERTIFICAÇÃO DO HOSPITAL

- Fase 1 - Pedido de adesão; Fase 2 - Autoavaliação; Fase 3 - Avaliação Externa; Fase 4 – Seguimento.

5.2.4. SUSTENTABILIDADE ECONÓMICA E FINANCEIRA

AUMENTO DA COBRANÇA DE RECEITAS PRÓPRIAS

- Desenvolvimento de ensaios clínicos;
- Conter os doentes das LIC, aumentando a produção, de modo a não os perder para outras entidades e com possibilidade de ser o próprio hospital a captar de outras entidades do SNS.

REDUÇÃO DOS CUSTOS COM PESSOAL

- Aplicação das 40 horas semanais ao pessoal médico que o pretender;
- Redefinir equipas médicas de urgência, quer nas especialidades quer na triagem;
- Reformulação de elaboração de escalas.

REDUÇÃO DOS CUSTOS COM MEDICAMENTOS E MATERIAIS

- Expandir a implementação dos “armazéns avançados” a todos os serviços e assegurar uma monitorização constante dos mesmos;
- Rever e definir protocolos terapêuticos;
- Avaliar o padrão de consumo relativamente a um conjunto limitado de artigos de maior expoente financeiro dos diversos armazéns, com o intuito de: a)Racionalização de Consumos; b) Eventual (re)negociação; c)Procura de alternativas.

REDUÇÃO DOS CUSTOS COM SUBCONTRATOS E FORNECIMENTOS E SERVIÇOS

- Internalização das ecografias em cerca de 90%;
- Internalização das biópsias em cerca de 80%;
- Términus da prestação de serviços existente na Imuno-hemoterapia.

5.2.5. FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL

Atividades de formação programadas para 2014:

Objetivos gerais

- Dotar todos os profissionais do Hospital Santa Maria Maior, E.P.E., de conhecimentos e competências para um desempenho mais qualificado das suas funções.
- Fomentar práticas de prestação de cuidados de saúde mais seguras para o utente.
- Assegurar que os profissionais do hospital detêm conhecimentos e competências para promoverem a segurança dos utentes e a própria.

Temáticas:

- Segurança do doente cirúrgico
- Segurança do doente e ambiente: antibioterapia
- Prevenção da infeção da corrente sanguínea
- Eletrocardiografia para enfermeiros
- Controlo de infeção associada aos cuidados de saúde – medidas de prevenção (reciclagem)
- Formação de suporte à implementação do plano de emergência interno
- Segurança do doente: quedas
- Segurança do doente submetido a processo transfusional
- Segurança do doente e meio envolvente: doente com necessidade de contenção física
- Padrões de qualidade dos cuidados de enfermagem
- Comunicação profissional utente: escuta ativa
- Competências profissionais e planos de desenvolvimento dos profissionais
- Gestão de prioridades
- Técnicas de negociação na aquisição de bens e serviços
- Arquivo: organização e manutenção
- O atendimento ao público como fator de qualidade da organização
- Orientações clínicas de anticoagulação
- Gestão integrada da doença crónica: diabetes

5.3. PRINCIPAIS INVESTIMENTOS PREVISTOS PARA 2014

Atendendo às limitações orçamentais, para 2014, o HSMM prevê apenas realizar investimentos com o projeto do serviço de urologia e aquisição de um intensificador de imagem para o bloco operatório, respetivamente, 28.000€ e 90.958,50€.

6.

CUMPRIMENTO

DAS ORIENTAÇÕES

LEGAIS



6.1. OBJETIVOS DE GESTÃO

O HSMM elaborou um Plano de Estratégico para o triénio 2013-2015, o qual é monitorizado anualmente através do Contrato-Programa. Este contrato é individualmente celebrado pelo HSMM, Administração Central do Sistema de Saúde, IP (ACSS) e a ARSN, no qual são estabelecidos objetivos específicos de gestão, os quais passam por metas contratualizadas de acesso dos utentes, desempenho assistencial, desempenho económico-financeiro e qualidade de serviço.

De seguida passamos a analisar o cumprimento dos objetivos estabelecidos em Contrato-Programa de 2013, apenas para produção de SNS, ADSE, IASFA, GNR e PSP.

Objetivos Nacionais	Realizado 2012	Realizado Acumulado 2013	Objetivo 2013	Grau de Cumprimento
Acesso				
Percentagem das primeiras consultas no total de consultas médicas (%)	28,8%	29,2%	30,89%	94,41%
Percentagem de utentes referenciados para consulta externa atendidos em tempo adequado (%)	74,0%	77,5%	82,67%	93,75%
Percentagem das consultas externas c/ registo de alta no total da consulta externa (%)*	-	12,4%	10,00%	120,00%
Percentagem de doentes cirúrgicos tratados em tempo adequado (%)**	99,2%	97,5%	99,00%	98,48%
Percentagem, doentes sinalizados p/RNCCI, em tempo adequado, no total de doentes tratados (%) *	12,1%	14,6%	8,00%	120,00%
Desempenho Assistencial				
Demora média (dias)	7,14	7,2	6,84	94,87%
Percentagem de reinternamentos em 30 dias (%)	9,3%	9,0%	7,90%	87,78%
Percentagem de doentes saídos com duração de internamento acima do limiar máximo (%)	0,9%	0,7%	0,81%	115,71%
Percentagem de cirurgias realizadas em ambulatório (GDH) no total de cirurgias programadas (GDH) - para procedimentos ambulatorizáveis (%)	76,4%	74,8%	77,00%	97,14%
Percentagem do consumo de embalagens de medicamentos genéricos, no total de embalagens de medicamentos (%)	27,1%	32,1%	35,00%	91,71%
Taxa de registo de utilização da "Lista de Verificação de Atividade Cirúrgica" - indicador relativo à cirurgia segura (%)	-	87,1%	95,00%	91,68%
Desempenho económico-financeiro				
Percentagem dos custos com horas extraordinárias, suplementos e FSE (selecionados), no total de custos com pessoal (%)*	15,0%	14,8%	22,60%	120,00%
EBITDA (€)	-725.406 €	-995.731 €	>= 0	0,00%
Acréscimo de Dívida Vencida (€)*	-4.479.811 €	-308.496 €	<= 0	120,00%
Percentagem de proveitos operacionais extra contrato-programa, no total de proveitos (operacionais) (%)	10,9%	7,2%	6,00%	120,00%

*120% corresponde ao grau de cumprimento corrigido (máximo =120%)

**O valor para 2013 é provisório, são valores reportados a 16/11/2013.

Ch
Ch
4

Objetivos Regionais	Realizado 2012	Realizado - 2013	Objetivo 2013	Grau Cumprimento
Tempo de espera para a triagem médica da consulta externa (dias)	-	6	6	100%
Redução do número de Consultas Subsequentes de Hipocoagulação (%)	-20,4%	2,1%	-15,00%	0%
Tratamento da retinopatia diabética	-	0	Objetivo: Garantir o início do tratamento, acumulado em 2013	
Taxa de Referência para a RNCCI (%)	10,5%	9,9%	9,00%	110%
Rácio Consultas Médicas / Urgências (%)	0,90	0,83	1	83%
Controlo de Infecção Associado a Cuidados de Saúde (IACS)****	-	Mail enviado pela CCI a 10/03/2014	I - MRSA; II - Vigilância Nosocomial da Corrente Sanguínea; III - Higiene das mãos.	

**** Segundo a Informação obtida, ainda não se encontram definidas as metas para este indicador

TABELA 38 – GRAU DE CUMPRIMENTO DOS OBJETIVOS

6.2. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

No sentido de dar seguimento aos limites máximos de acréscimo de endividamento, definidos no Despacho n.º 155/2011, de 28 de abril, do Ministro de Estado e das Finanças, este Hospital não contraiu nenhum empréstimo bancário.

O Hospital aderiu em dezembro de 2008 ao FASP-SNS, no âmbito do Programa Pagar a Tempo e Horas, determinado pelo Conselho de Ministros nº 191-A/2008, de 27 de Novembro de 2008, obteve um empréstimo, no valor de 8.893.135,95€, para recuperação da dívida a fornecedores a 90 dias. O saldo do referido empréstimo a 31.12.2013 é de 6.899.224,02 €.

De referir que, o Hospital paga, desde 19 de Junho de 2009, juros de mora por falta de amortização da totalidade do empréstimo ao FASP-SNS, sendo o encargo financeiro, no exercício de 2013, de 115.340,91€

Através do Despacho n.º 14181-A/2013, Diário da República n.º 213, 2.º Suplemento, Série II de 2013-11-04, é determinado o aumento do capital estatutário do HSMM, em 6.900.000,00€ (69 unidades de participação do Fundo), realizado através da entrega do número de unidades de participação, detidas pelo Estado no Fundo de Apoio ao Sistema de Pagamentos do Serviço Nacional de Saúde. De referir que, as unidades de participação do Fundo entregues, nos termos do nº 1 do mesmo despacho, destinam-se a liquidar os empréstimos que as EPE detêm junto do Fundo. Foi determinado ainda que, são perdoados todos os juros vencidos e não pagos à data de entrada em vigor do referido despacho, ou seja, 1 de janeiro de 2014.

Handwritten signatures and initials in blue ink.

Anos	2009*	2010	2011	2012	2013
Encargos Financeiros	165.397,7	145.224,7	145.224,7	145.611,1	115.340,9
Capital*	8.478.750,0	6.906.564,8	6.909.564,8	6.909.564,8	6.899.224,0
Taxa Média de Financiamento (%)	2%	2%	2%	2%	2%

*Exercício com amortização de capital, no valor de 1.983.571,16€, considerada a média anual e não o saldo a 31.dez

TABELA 39 – ENDIVIDAMENTO

O empréstimo obtido junto do FASP-SNS não é considerado para efeitos de Passivo Remunerado.

O passivo remunerado do Hospital refere-se apenas a um contrato de locação financeira, datado de 13-08-2010, para aquisição de uma viatura ligeira de passageiros, cujo saldo a 31.12.2013 é de 2.916,18€, registado na conta 26111, com periodicidade mensal. A amortização anual é de 4.117,20 €, e os encargos financeiros anuais são de 656,64€.

6.3. EVOLUÇÃO DO PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTO A FORNECEDORES

Com o objetivo de reduzir significativamente os prazos de pagamento a fornecedores de bens e serviços praticados pelas entidades públicas, foi criado o Programa “Pagar a Tempo e Horas”, nos termos da RCM n.º 34/2008, de 22 de fevereiro.

O Despacho n.º 9870/2009, de 13 de abril, do Ministério das Finanças e da Administração Pública, veio introduzir algumas alterações neste âmbito, nomeadamente no indicador de PMP a fornecedores.

PMP	2012				2013				Var. (%) 4º T. 2013/4º T. 2012
	1º T.	2º T.	3º T.	4º T.	1º T.	2º T.	3º T.	4º T.	
Prazo	314	267	211	151	75	65	63	55	-63,58%

TABELA 40 – EVOLUÇÃO DO PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTOS TRIMESTRAL

Nos termos do Decreto-Lei n.º 65-A/2011, de 17 de Maio, considera-se atraso nos pagamentos (“arrears”) o não pagamento de fatura correspondente ao fornecimento dos bens e serviços, referidos no artigo 2º do mesmo Decreto-Lei, após o decurso de 90 dias, ou mais, sobre a data convencionada para o pagamento da fatura ou na sua ausência, sobre a data constante da mesma.

Handwritten signatures and initials in blue ink.

Dividas Vencidas	Vencidas	0-90 dias	Dividas vencidas de acordo com o Art. 1º DL 55-A/2011			
			90-120 dias	120-240 dias	240-360 dias	> 360 dias
Aq. De Bens e Serviços	811.567,91	444.789,74	29.025,89	111.919,44	13.115,34	142.332,11
Despesas c/Pessoal (encargos e outras)	155.658,03	0,00	0,00	0,00	0,00	125.249,78
Aq. De Capital	6.050,69	2.483,76	0,00	0,00	0,00	10.977,53
Total	973.276,63	447.273,50	29.025,89	111.919,44	13.115,34	278.559,42

TABELA 41 – EVOLUÇÃO DÍVIDA VENCIDA

A dívida total a 31.12.2013 é de 1.853.170,22€, em que 961.326,83€ pertence a Fornecedores externos, 280.907,81 ao Estado e 610.935,58 € a Entidades do SNS.

6.4. RECOMENDAÇÕES DO ACIONISTA EMITIDAS AQUANDO A APROVAÇÃO DE CONTAS DE 2012

As contas de 2012 aguardam aprovação.

6.5. ORIENTAÇÕES LEGAIS AO NÍVEL DAS REMUNERAÇÕES

6.5.1. ÓRGÃOS SOCIAIS

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Designação	
			Déc (1)	Data
2010-2012	Presidente C. Administração	Lino Henrique Soares Mesquita Machado	Dispº n.º 2296/2011	01/02/2011
2010-2012	Vogal Diretor Clínico	Maria da Graça dos Santos Ferraz	Dispº n.º 2296/2011	01/02/2011
2010-2012	Vogal Enfermeiro Diretor	Adriano Rosa Araújo Valente da Silva	Dispº n.º 2296/2011	01/02/2011
2010-2012	Vogal	Maria José Correia Simões	Dispº n.º 2296/2011	01/02/2011
2013-2015	Presidente C. Administração	Fernando Manuel Marques	Resolução nº 11/2013	30/04/2013
2013-2015	Vogal Diretor Clínico	Mário Fernando Soares Filipe	Resolução nº 11/2013	30/04/2013
2013-2015	Vogal Enfermeiro Diretor	Celeste Maria Garcia M. Meireles Pinto	Resolução nº 11/2013	30/04/2013
2013-2015	Vogal	Augusta Maria Pires Fernandes Morgado	Resolução nº 11/2013	30/04/2013

Legenda: (1) indicar Resolução (R)/A G/DUE/Despacho (D)

TABELA 42 – MANDATOS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Chy
Chy
4

Nome	EGP				OPRLO	
	Fixado	Classificação	Vencimento	Despesa Representação	Identificar Entidade	Pagadora
	(S/N)	(A/B/C)	Valor (mensal)		Identifica/n.a	(O/D)
De 01/01/2013 a 30/04/2013						
Lino Henrique Soares Mesquita Machado ^{a)}	S	C	3719,10	1301,70		
Maria da Graça dos Santos Ferraz ^{b)}	N	C	4107,00	970,20	HSMMEPE	HSMMEPE
Adriano Rosa Araújo Valente da Silva	S	C	2975,82	1190,33		
Maria José Correia Simões	S	C	2975,82	1190,33		
De 01/05/2013 a 31/12/2013						
Fernando Manuel Marques	S	C	3719,78	1487,91		
Mário Fernando Soares Filipe	N	C	4531,89	1190,33	HSMMEPE	HSMMEPE
Celeste Maria Garcia M. Meireles Pinto	S	C	2975,82	1190,33		
Augusta Maria Pires Fernandes Morgado	S	C	2975,82	1190,33		

Notas:

EGP - Estatuto do Gestor público; OPRLO - Opção pela Remuneração do Lugar de Origem; O/D: Origem/Destino

^{a)} o valor pago é de 3719,10€ e 1301,70€ (pelo disposto no nº 21 da RCM 16/2012 e no nº 3 da RCM 36/2012)

TABELA 43 – ATRIBUIÇÃO DOS VENCIMENTOS E DESPESAS DE REPRESENTAÇÃO DO CA

Nome	Remuneração Anual (€)							
	Variável	Fixa **	obs	Outra DSN/SF	Redução Lei 12-A/2010	Redução (Lei DE)	Redução anos anteriores *	obs
De 01/01/2013 a 30/04/2013								
Lino Henrique Soares Mesquita Machado		€ 20.083,20	a)	6019,78	1.004,16 €	2.178,67 €	1.704,20 €	c)
Maria da Graça dos Santos Ferraz***		€ 0,00		0	0,00 €	0,00 €	2.919,07 €	c)
Adriano Rosa Araújo Valente da Silva****		€ 0,00		0	0,00 €	0,00 €	1.067,22 €	c)
Maria José Correia Simões		€ 16.664,60	a)	874,88	833,23 €	1.527,73 €	788,52 €	c)
De 01/05/2013 a 31/12/2013								
Fernando Manuel Marques		€ 41.681,52	b)	5363,74	2.083,08 €	4.273,41 €		
Mário Fernando Soares Filipe		€ 45.777,76	b)	6457,89	2.288,89 €	4.779,42 €		
Celeste Maria Garcia M. Meireles Pinto		€ 33.329,20	b)	4374,38	1.686,46 €	3.267,37 €		
Augusta Maria Pires Fernandes Morgado		€ 33.329,20	b)	3726,84	1.686,46 €	3.143,90 €		

Notas:

Redução de anos anteriores: refere a remunerações regularizadas no ano em referência pertencentes a anos anteriores

* Indicar os motivos subjacentes a este procedimento

** Incluir a remuneração + despesas de representação

*** Aposentado a 31/12/2012

**** Aposentado a 30/04/2012

a) Valor referente a 4 meses de exercício de funções, com aplicação do EGP

b) valor referente a 08 meses com EGP

TABELA 44 – REMUNERAÇÃO ANUAL DO CA

Nome	Sub- Refeição	Benefícios Sociais (€)						
		Regime de Proteção Social		Seguro de Saúde	Seguro de vida	Seguro de acidentes Pessoais	Outros	
		Identificar	Valor				Identificar	Valor
De 01/01/2013 a 30/04/2013								
Lino Henrique Soares Mesquita Machado	€ 333,06	CGA/ADSE	1.760,92 €					
Maria da Graça dos Santos Ferraz	€ 0,00	CGA/ADSE	- €					
Adriano Rosa Araújo Valente da Silva	€ 0,00	CGA/ADSE	- €					
Maria José Correia Simões	€ 328,79	CGA/ADSE	1.674,41 €					
De 01/05/2013 a 31/12/2013								
Fernando Manuel Marques	€ 627,69	CGA/ADSE	5.129,80 €	0	0	0	0	
Mário Fernando Soares Filipe	€ 589,26	CGA/ADSE	5.516,03 €	0	0	0	0	
Celeste Maria Garcia M. Meireles Pinto	€ 636,23	CGA/ADSE	4.133,80 €	0	0	0	0	

TABELA 45 – BENEFÍCIOS SOCIAIS DO CA

Handwritten signature and initials

Nome	Acumulação de Funções - valores Anuais (€)					
	Entidade	Função	Regime	Bruta	Redução (Lei OE)	Bruta após Reduções

a)

Nota: no caso do exercício de funções ser em regime privado colocar n.a. (não aplicável) nos campos das reduções

a) de acordo com informação do Serviço de Gestão de Recursos Humanos, não existe comunicação de acumulação de funções dos membros do CA, em 2013.

TABELA 46 – ACUMULAÇÃO DE FUNÇÕES DO CA

Nome	Gastos com Comunicações Móveis (€)		
	Plafond Mensal Definido *	Valor Anual	Observações
De 01/01/2013 a 30/04/2013			
Lino Henrique Soares Mesquita Machado	80,00 €	23,46 €	
Maria José Correia Simões	80,00 €	60,87 €	
De 01/05/2013 a 31/12/2013			
Fernando Manuel Marques	80,00 €	132,73 €	
Augusta Maria Pires Fernandes Morgado	80,00 €	437,93 €	
Mário Fernando Soares Filipe	80,00 €	133,05 €	
Celeste Maria Garcia M. Meireles Pinto	80,00 €	132,01 €	

* Plafond definido nos termos da Resolução do Conselho de Ministros nº 112/2002, publicada no Diário da República -I Série-B, nº 195 de 24/08/2002.

TABELA 47 – GASTOS COM COMUNICAÇÕES MÓVEIS DO CA

Cargo	Encargos com Viaturas								
	Viatura atribuída	Celebração de contrato	Valor de referência da viatura	Modalidade: (1)	Ano Início	Ano Térmo	Nº Prestações	Valor da Renda Mensal	Valor Anual
Vogal	86-BT-66	Sim	13.655,78 €	Locação Financeira	2010	2014	48	278,94 €	3.347,28 €

Legenda: (1) aquisição; ALD; Leasing ou outra

Acresce Ho norários (2%, juros (44,49% e IVA (23%)), num total de 400,28€ mensais.

TABELA 48 – ENCARGOS COM VIATURAS DO CA

Nome	Plafond Mensal definido para combustível	Gastos anuais associados a Viaturas (€)				Observações
		Combustível	Portagens	Outras Reparações	Seguro	
De 01/01/2013 a 30/04/2013						
Lino Henrique Soares Mesquita Macha	a)	554,60 €	262,56 €	976,00 €		
Maria José Correia Simões	a)	239,66 €	25,00 €	6,5 €		
De 01/05/2013 a 31/12/2013						
Fernando Manuel Marques	a)	1097,86 €	400,84 €	867,58 €		
Augusta Maria Pires Fernandes Morga	a)	1480,42 €	623,41 €	689,30 €		
Mário Fernando Soares Filipe	a)	- €	- €	- €		
Celeste Maria Garcia M. Meireles Pinto	a)	1816,73 €	797,87 €	1531,29 €		

a) Valor máximo fixado em 1/4 do abono mensal para despesas de representação, de acordo com o artigo 32º do EGP.

TABELA 49 – GASTOS ANUAIS ASSOCIADOS A VIATURAS

Handwritten signatures and initials.

Nome	Gastos anuais associados a Deslocações em Serviço				
	Deslocações em Serviço	Custo com Alojamento	Ajudas de custo	Outras Identificar	Gasto total com viagens (1)
De 01/01/2013 a 30/04/2013					
Lino Henrique Soares Mesquita Machado			9134 €		9134 €
Maria José Correia Simões			4166 €		4166 €
De 01/05/2013 a 31/12/2013					
Fernando Manuel Marques			4166 €		4166 €
Augusta Maria Pires Fernandes Morgado			175,18 €		175,18 €
Mário Fernando Soares Filipe			29,11 €		29,11 €
Celeste Maria Garcia M. Meireles Pinto			20,83 €		20,83 €

TABELA 50 – GASTOS ANUAIS ASSOCIADOS A DESLOCAÇÕES EM SERVIÇO

FISCAL ÚNICO

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Identificação SROC/ROC		Designação		Remuneração mensal (C)		N.º de Mandatos exercidos na sociedade
		Nome	Número	Doc.(1)	Data	Límite fixado	Contratada	
2013-2015	Fiscal Único Efetivo	Pontes, Baptista & Associados, SROC	209	Despacho n.º 1088/13 - SET	28/05/2013	794,96 €	794,96 €	2
2013-2015	Fiscal Único Suplente	Dr. Luís Fernando da Costa Baptista, ROC	1198	Despacho n.º 1088/13 - SET	28/05/2013			1

Nota: Deve ser identificada o efetivo (SROC e ROC) e suplente (SROC e ROC)

Legenda: (1) Indicar AG/DUE/Despacho (D)

TABELA 51 – MANDATO FISCAL ÚNICO

Nome	Remuneração Anual		
	Bruta	Reduções (Lei OE)*	Bruta após Reduções
Pontes, Baptista & Associados, SROC	9.539,51 €	952,35 €	8.587,16 €

* Lei n.º 55-A/2010; n.º 1 e o n.º 9 art. 27º Lei 66-B/2012

TABELA 52 – REMUNERAÇÃO FISCAL ÚNICO

6.5.2. RESTANTES TRABALHADORES

Foram cumpridas as orientações emanadas através da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, nomeadamente sobre a redução das remunerações dos trabalhadores.

Descrição	Total da Redução Remuneratória em 2013
Redução Remuneratória (Artigo 27º da Lei 66-B/2012)	394.668,57€

TABELA 53 – REDUÇÃO REMUNERATÓRIA TRABALHADORES

6.6. ARTIGO 32º DO ESTATUTO DO GESTOR PÚBLICO

O CA cumpre o disposto no artigo n.º 32º do Estatuto do Gestor Público, republicado pelo Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro, no que se refere à não utilização de cartões de crédito e outros instrumentos de pagamento de despesas ao serviço da empresa. Por outro lado, os



membros do CA não são reembolsados de quaisquer despesas que caiam no âmbito do conceito de despesas de representação pessoal.

6.7. ORIENTAÇÃO RELATIVA ÀS NORMAS DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA

O HSMM segue, na contratação pública, as regras impostas pelo Código dos Contratos Públicos (CCP), estabelecido pelo Decreto-Lei 18/2008, de 29 de janeiro.

Ao nível de aquisições de serviço, assumem principal relevo as prestações de serviços médicos, mormente ao nível do Serviço de Urgência. Procurando fazer face à escassez de médicos, o HSMM, à semelhança da generalidade dos hospitais, tem recorrido à contratação de médicos em regime de prestação de serviço, mediante uma contrapartida financeira consubstanciada, em regra, num valor/hora fixo tendo por base o disposto no Despacho 10428/2011, do Secretário de Estado da Saúde.

Contudo, todas as contratações são efetuadas após uma avaliação das necessidades e da impossibilidade de serem satisfeitas mediante o recurso a soluções internas.

A este nível são também seguidas as regras previstas no Despacho n.º 12083/2011, dos Ministros de Estado e das Finanças e da Saúde, nomeadamente, quanto à apresentação prévia ao Ministro da Saúde de informação detalhada e casuística que, fundamentadamente, demonstre a imprescindibilidade da contratação.

Os contratos são estabelecidos para períodos certos, com salvaguarda de denúncia a qualquer momento (com prazos reduzidos de aviso prévio), o que permite, para além do acompanhamento à execução do contrato, cessar, sem outros encargos, contratos cuja execução não esteja a trazer valor acrescentado para o HSMM e para os seus utentes.

O facto de se estabelecerem, em regra, valores fixos permite uma previsão correta dos custos e do impacto da contratação, sendo que, no caso do Serviço de Urgência, onde há uma escala fixa com o número de recursos necessários, o número de contratos efetuados não tem impacto direto nos custos, uma vez que, independentemente do número de contratos que se vierem a estabelecer com médicos em regime de prestação de serviço, só serão contabilizados aqueles que efetivamente prestarem serviço.

A monitorização e avaliação dos contratos de prestação de serviço médicos são efetuadas pelo CA, em conjunto com os diretores/responsáveis do serviço onde estes desenvolvem a sua atividade.

O HSMM, em 2013, não celebrou quaisquer atos ou contratos com valor superior a 5 M€.

6.8. ADESÃO AO SISTEMA NACIONAL DE COMPRAS PÚBLICAS E PARQUE DE VEÍCULOS DO ESTADO

O HSMM aderiu ao Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP), em 1 de outubro de 2010, na qualidade de entidade compradora voluntária, de acordo com disposto no n.º 3 do artigo 3º do Decreto-Lei n.º 37/2007, de 19 de fevereiro, o qual refere *“Podem integrar o SNCP, na qualidade de entidades compradoras voluntárias, entidades da administração autónoma e do sector empresarial público, mediante a celebração de contrato de adesão com a ANCP”*, atualmente designada por Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública (ESPAP).

Face ao exposto, em 2013, ao abrigo da ESPAP, foram efetuadas as seguintes compras, (valores líquidos de IVA):

Descrição	valor
Combustível	15.256,94 €
Eletricidade	182.906,80 €
Equipamento Informático	747,00 €

TABELA 54 – COMPRAS AO ABRIGO DO ESPAP

Em 2013 não houve variação do número de viaturas utilizadas pelo HSMM.

6.9. MEDIDAS DE REDUÇÃO DE GASTOS OPERACIONAIS

O HSMM não recebeu instruções sobre a elaboração dos Instrumentos Previsionais de Gestão (IPG) para 2013. Por outro lado, relativamente aos “gastos operacionais”, o Orçamento de Estado para 2013, exclui os Hospitais EPE, pelo que não se poderá avaliar o seu grau de cumprimento.

Handwritten signatures and initials in blue ink.

P.R.C.	2009	2010	2011	2012	2013	Variação 2013/2010		Cumprimento Identificar IS/M
						Absoluta	%	
CMVMC (m€)	4.816.447	4.698.386	4.520.964	4.252.568	4.381.015	-317.371	-6,75%	
FSE (m€)	5.602.549	5.372.828	4.436.286	3.915.510	4.083.371	-1.289.457	-24,00%	
Deslocações/Estadas	3.465	2.521	4.246	3.869	3.946	1.426	56,56%	
Ajudas de custo	6.390	4.853	3.617	3.063	4.424	-429	0,00%	
Comunicações	51.686	55.495	42.263	39.065	36.445	-19.050	-34,33%	
Gastos com o pessoal (m€)	15.226.832	15.050.398	13.668.302	12.591.685	12.345.710	-2.704.688	-17,97%	
Total	25.645.828	25.121.611	22.625.552	20.759.763	20.810.096	-4.311.515	-17,16%	
Volume de Negócios (m€)	23.041.875	24.254.099	22.644.373	19.875.035	18.819.384	-5.434.716	-22,41%	
Peso dos Gastos no VN (%)	111%	104%	100%	104%	111%	0	6,76%	
RH no final do Período ^{a)}	500	502	503	491	474	-28	-3,46%	

^{a)}Não inclui prestadores de serviço.

TABELA 55 – GASTOS OPERACIONAIS

Quadro de Pessoal	2010	2011	2012	2013
Número de RH sem órgãos sociais	497	498	487	469
Número de cargos dirigentes sem O.S.	1	1	1	1
Número de órgãos sociais	4	4	3	4
Gastos totais com pessoal	15.050.398	13.668.302	12.591.685	12.345.710
Gastos com Órgãos Sociais	177.764,8	204.802,1	182.795,8	219.039,5
Gastos com Dirigentes	38.772,6	35.545,4	35.545,7	35.390,0
Gastos com RH (RB) sem O.S. e sem Dirigentes	8.396.602,5	8.092.667,6	7.752.117,8	7.226.727,6
Rescisões / Indemnizações (€)	0,0	2.062,2	0,0	0,0

TABELA 56 – GASTOS COM PESSOAL

6.10. PRINCÍPIO DA UNIDADE DE TESOURARIA DO ESTADO

O Hospital cumpre com o disposto no artigo 89º da Lei 64-B/2011, de 31 de dezembro, no que concerne ao Princípio da Unidade de Tesouraria, e, não recebeu das instituições bancárias qualquer receita de juros.

Recorre aos serviços bancários da Caixa Geral de Depósitos (CGD), de acordo com protocolo estabelecido entre o IGCP e a CGD, tendo esta sido indicada como balcão do IGCP. Os Terminais de Pagamento Automático (TPA) foram atribuídos ao Banco BIC (ex – BPN), por faltas destes serviços no IGCP, contudo já foram tomadas diligências, junto da ACSS e do IGCP, no sentido de proceder à da atribuição dos respetivos terminais.

Do total das disponibilidades a 31.12.2013, 81% estão depositadas no banco IGCP, IP.

Chy
Edinho
A

Aplicações			2013
Aplicações de Tesouraria			
IGCP	Aplicações no Início do Período	A	0,00
	Ganhos Financeiros no Período	B	0,00
	Diminuições no Período do Capital Aplicado	C	0,00
	Aumentos no Período do Capital Aplicado	D	0,00
	Aplicações no Final do Período	E = A-C+D	0,00
Outras	Aplicações no Início do Período	A	300,00
	Ganhos Financeiros no Período	B	0,00
	Diminuições no Período do Capital Aplicado	C	250,00
	Aumentos no Período do Capital Aplicado	D	0,00
	Aplicações no Final do Período	E = A-C+D	50,00
Aplicações Financeiras			
IGCP	Aplicações no Início do Período	A	0,00
	Ganhos Financeiros no Período	B	0,00
	Diminuições no Período do Capital Aplicado	C	0,00
	Aumentos no Período do Capital Aplicado	D	0,00
	Aplicações no Final do Período	E = A-C+D	0,00
Outras	Aplicações no Início do Período	A	0,00
	Ganhos Financeiros no Período	B	0,00
	Diminuições no Período do Capital Aplicado	C	0,00
	Aumentos no Período do Capital Aplicado	D	0,00
	Aplicações no Final do Período	E = A-C+D	0,00
Total de Aplicações (Tesouraria + Financeiras)			
Disponibilidades Imediatas (D.O)		Aplicações no Final do Período	E = A-C+D
IGCP	Disponibilidades no Início do Período	A	316.880,09
	Ganhos Financeiros no Período	B	0,00
	Diminuições das Disponibilidades no Período	C	5.298.641,57
	Aumentos das Disponibilidades no Período	D	5.536.991,48
	Disponibilidades no Fim do Período	E = A-C+D	555.230,00
Outras	Disponibilidades no Início do Período	A	374.746,59
	Ganhos Financeiros no Período	B	0,00
	Diminuições das Disponibilidades no Período	C	411.183,96
	Aumentos das Disponibilidades no Período	D	165.361,81
	Disponibilidades no Fim do Período	E = A-C+D	128.924,44
Total de Disponibilidades Imediatas (D.O)		Disponibilidades no Fim do Período	E = A-C+D
Total (Aplicações + Disponibilidades)			684.204,44

TABELA 57 – PERCENTAGEM DE DISPONIBILIDADES DEPOSITADAS NO IGCP

6.11. RECOMENDAÇÕES DAS AUDITORIAS REALIZADAS PELO TRIBUNAL DE CONTAS AO HSMM

Em 2013, o HSMM não foi objeto de recomendações resultantes de Auditorias realizadas pelo Tribunal de Contas.

Chy
Chy
4
[Signature]

6.12. INFORMAÇÃO DIVULGADA NO SITE A 31 DE DEZEMBRO DE 2013

Informação a constar no Site do SEE	Divulgação			Comentários
	S	N	N.A.	
Estatutos atualizados (PDF)	X			
Historial, Visão, Missão e Estratégia	X			
Ficha síntese da empresa	X			
Identificação da Empresa:				
Missão, objeto., políticas, obrig. serv. Público e modelo de financiamento	X			
Modelo Governo / Ident. Órgãos Sociais:				
Modelo de Governo (identificação dos órgãos sociais)	X			
Estatuto Remuneratório Fixado	X			
Remunerações auferidas e demais regalias	X			
Regulamentos e transações:				
Regulamentos Internos e Externos	X			
Transações Relevantes c/ entidade(s) relacionada(s)	X			
Outras transações	X			
Análise de Sustentabilidade Económica, Social e Ambiental	X			
Avaliação do cumprimento dos PBG	X			
Código de Ética	X			
Informação Financeira histórica e atual	X			
Esforço Financeiro do Estado	X			

TABELA 58 – INFORMAÇÃO A CONSTAR DO SITE DO HSMH

Cumprimento das Orientações Legais		Cumprimento		Quantificação/Identificação		Justificação / Referência ao ponto do Relatório	
		S	N	N/A			(ponto 6.1)
Objetivos de Gestão / Planos de Atividades e Orçamento:							
% das primeiras consultas no total de consultas médicas			X		94,41%		
% de utentes referenciados para consulta externa atendidos em tempo adequado		X	X		93,75%		
% das consultas externas c/ registo de alta no total da consulta externa			X		120,00%		Corresponde ao grau de cumprimento corrigido (máximo = 20%)
% de doentes cirúrgicos tratados em tempo adequado			X		98,48%		Este valor é provisório, é reportado à data de 31.12.2013
% de doentes sinalizados p/ RNCCI, em tempo adequado, no total de doentes tratados		X	X		120,00%		Corresponde ao grau de cumprimento corrigido (máximo = 20%)
Demora média (dias)			X		94,87%		
% de reinternamentos em 30 dias			X		87,78%		
% de doentes saídos com duração de internamento acima do limiar máximo			X		115,71%		
% de cirurgias realizadas em ambulatório (GDH) no total de cirurgias programadas (GDH) - para procedimentos ambulatoriais			X		97,14%		
% do consumo de embalagens de medicamentos genéricos, no total de embalagens de medicamentos			X		91,71%		
Taxa de registo de utilização da "Lista de Verificação de Atividade Cirúrgica" - Indicador relativo à cirurgia			X		91,68%		
% dos custos com horas extraordinárias, suplementos e FSE (selecionados), no total de custos com pessoal		X	X		120,00%		Corresponde ao grau de cumprimento corrigido (máximo = 20%)
EBITDA (€)			X		0,00%		
Acréscimo de Dívida Vencida (€)		X	X		120,00%		Corresponde ao grau de cumprimento corrigido (máximo = 20%)
% de proveitos operacionais extra contrato-programa, no total de proveitos (operacionais)		X	X		120,00%		
Tempo de espera para a triagem médica da consulta externa (dias)		X	X		100,00%		
Redução do número de Consultas Subsequentes de Hipocoagulação (%)		X	X		0,00%		
Taxa de Referência para a RNCCI (%)		X	X		110,00%		
Rácio Consultas Médicas / Urgências (%)			X		83,00%		
Gestão do Risco Financeiro			X		2%		(ponto 6.2)
Limites de Crescimento do Endividamento		X	X		0%		O HSM M não contraiu empréstimos (ponto 6.2).
Evolução do PMP a fornecedores		X	X		-96 dias		Variação 4º trimestre 2013/ 4º trimestre 2012. (ponto 6.3)
Divulgação dos Atrasos nos Pagamentos ("Arrears")		X	X		1.853.170 €		(ponto 6.3)
Recomendações do acionista na última aprovação de contas							
As contas de 2012 aguardam aprovação.							
Remunerações							
Não atribuição de prémios de gestão, nos termos art.º 37º da Lei 66-B/2012		X	X				(ponto 6.6)
Órgãos sociais - redução remuneratória nos termos do art.º 27º da Lei 66-B/2012		X	X		19.170,51 €		
Órgãos sociais - redução de 5% por aplicação artigo 12º da Lei n.º 12-A/2010		X	X		9.542,27 €		
Auditor Externo - redução remuneratória, nos termos do art.º 27º da Lei 66-B/2012		X	X		952,35 €		
Restantes trabalhadores - redução remuneratória, nos termos do art.º 27º da Lei 66-B/2012		X	X		394.668,57 €		
Restantes trabalhadores - proibição de valorizações remuneratórias, nos termos do art.º 35º da Lei 66-B/2012		X	X				(ponto 6.6)
Artigo 32º do EGP							
Utilização de cartões de crédito		X	X				
Reembolso de despesas de representação pessoal		X	X				
Contratação Pública							
Aplicação das Normas de contratação pública pela empresa		X		X			(ponto 6.7)
Aplicação das Normas de contratação pública pelas participadas							
Contratos submetidos a visto do TC		X					Em 2013 não foram submetidos contratos a visto do TC por não atingirem valores definidos no OE.
Auditoria do Tribunal de Contas							(ponto 6.10)
Não foram efetuadas recomendações pelo Tribunal de Contas em 2013.							
Parque Automóvel		X			0,0		(ponto 6.8)
Gastos Operacionais das Empresas Públicas (artigo 64º da Lei n.º 66-B/2012)		X					(ponto 6.9)
Redução de Trabalhadores (artigo 63º da Lei n.º 66-B/2012)							(ponto 6.9)
N.º trabalhadores		X			-4%		
N.º cargos dirigentes		X			0%		
Princípio da Unidade de Tesouraria (artigo 124 da Lei 66-B/2012)		X			81%		(ponto 6.10)

TABELA 59 – CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS

7.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS



BALANÇO ANALÍTICO		ACTIVO		31-Dez-2013	
CONTAS		EXERCÍCIOS			
		N			N-1(31-12-2012)
Código	Designação	Activo Bruto	Amortizaç./Provisões	Activo Líquido	Activo Líquido
	IMOBILIZADO:				
	IMOBILIZAÇÕES EM CURSO:				
451	Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00
452	Edifícios	0,00	0,00	0,00	0,00
453	Outras construções e infra-estruturas	0,00	0,00	0,00	0,00
455	Bens patrim. histórico, artist. e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00
459	Outros bens domínio público	0,00	0,00	0,00	0,00
445	Imobilizaç. em curso bens dom. público	0,00	0,00	0,00	0,00
446	Adiantament. p/conta bens dom. público	0,00	0,00	0,00	0,00
	Total bens de domínio público:	0,00	0,00	0,00	0,00
	IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS:				
431	Despesas instalação	0,00	0,00	0,00	0,00
432	Despesas investigação e desenvolvim.	52.725,30	52.208,29	517,01	2.014,69
443	Imobilizaç. em curso imob. incorpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00
449	Adiantamentos p/contas imob. incorp..	0,00	0,00	0,00	0,00
	Total imobilizações incorpóreas:	52.725,30	52.208,29	517,01	2.014,69
	IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:				
421	Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00
422	Edifícios e outras construções	7.314.823,05	2.264.504,87	5.050.318,18	5.288.010,49
423	Equipamento básico	4.755.707,60	4.444.705,69	311.001,91	428.804,22
424	Equipamento de transporte.	102.327,96	94.136,47	8.191,49	10.931,91
425	Ferramentas e utensílios	89.088,91	87.422,66	1.666,25	2.982,04
426	Equipamento administr. e informático	1.906.133,77	1.880.536,71	25.597,06	46.102,92
427	Taras e vasilhama	0,00	0,00	0,00	0,00
429	Outras imobilizações corpóreas.....	32.275,32	19.197,88	13.077,44	15.541,93
442	Imobilizaç. em curso imob. corpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00
448	Adiantament. p/conta imob. corpóreas.	0,00	0,00	0,00	0,00
	Total imobilizações corpóreas:	14.200.356,61	8.790.504,28	5.409.852,33	5.792.373,51
	INVESTIMENTOS FINANCEIROS:				
411	Partes de capital	0,00	0,00	0,00	0,00
412	Obrigações de Participação	0,00	0,00	0,00	0,00
414	Investimentos em imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00
415	Outras aplicações financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
441	Imobilizações em curso invest. financ.	0,00	0,00	0,00	0,00
447	Adiantamento p/conta invest. financ.	0,00	0,00	0,00	0,00
	Total investimentos financeiros:	0,00	0,00	0,00	0,00
	CIRCULANTE:				
	Existências:				
36	Matérias primas, subprod. / consumo.....	295.991,85	0,00	295.991,85	311.854,53
34	Sub-produtos, desperd. resid. e refugos	0,00	0,00	0,00	0,00
33	Produtos acabados intermédios	0,00	0,00	0,00	0,00
32	Mercadorias.....	0,00	0,00	0,00	0,00
37	Adiantamentos p/conta de compras....	0,00	0,00	0,00	0,00
	Total de existências:	295.991,85	0,00	295.991,85	311.854,53



BALANÇO ANALÍTICO			ACTIVO		31-Dez-2013
CONTAS		EXERCÍCIOS			
Código	Designação	N			N-1(31-12-2012)
		Activo Bruto	Amortizaç./Provisões	Activo Líquido	Activo Líquido
	DIVIDAS DE TERC. - Médio long prazo	0,00	0,00	0,00	
	DIVIDAS DE TERC. - Curto prazo				
28	Empréstimos Concedidos	0,00	0,00	0,00	0,00
211	Clientes c/c	280.610,55	0,00	280.610,55	342.217,73
213	Utentes c/c	0,00	0,00	0,00	0,00
215	Instituições do Ministério da Saúde	1.024.401,47	0,00	1.024.401,47	1.333.914,23
218	Clientes e utentes cobrança duvidosa	2.851.081,74	2.851.081,74	0,00	0,00
251	Devedores p/execução do Orçamento	0,00	0,00	0,00	0,00
229	Adiantamentos a fornecedores	6.665,31	0,00	6.665,31	9.181,00
2619	Adiantamentos a fornec. imobilizado	0,00	0,00	0,00	0,00
24	Estado e outros entes públicos	182.830,61	0,00	182.830,61	142.280,54
262/3/4 +267/8	Outros devedores	965.707,18	0,00	965.707,18	548.522,53
	Total dividas de terceiros:	5.311.296,86	2.851.081,74	2.460.215,12	2.376.116,03
	TÍTULOS NEGOCIÁVEIS:				
151	Ações	0,00	0,00	0,00	0,00
152	Obrigações e títulos de participação	0,00	0,00	0,00	0,00
153	Títulos da dívida pública	0,00	0,00	0,00	0,00
159	Outros títulos	0,00	0,00	0,00	0,00
18	Outras aplicações de tesouraria	0,00	0,00	0,00	0,00
	Total títulos negociáveis:	0,00	0,00	0,00	0,00
	DEPÓSITOS INST FINANC/CAIXA				
13	Conta no Tesouro	555.230,00		555.230,00	1.108.818,25
12	Depósitos em instituições financeiras	128.924,44		128.924,44	94.796,13
11	Caixa	50,00		50,00	50,00
	Total depósitos e caixa:	684.204,44		684.204,44	1.203.664,38
	ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS				
271	Acréscimos de proveitos	35.220,04		35.220,04	26.067,37
272	Custos diferidos	5.912,60		5.912,60	2.258,46
	Total acréscimos e diferimentos:	41.132,64		41.132,64	28.325,83
	Total de amortizações:		8.842.712,57		
	Total de provisões:		2.851.081,74		
	TOTAL DO ACTIVO:	20.585.707,70	11.693.794,31	8.891.913,39	9.714.348,97

BALANÇO ANALÍTICO		CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO		31-Dez-2013	
CONTAS		EXERCÍCIOS			
Código	Designação	N	N-1(31-12-2012)		
FUNDO PATRIMONIAL:					
51	Capital	15.689.302,00		15.689.302,00	
56	Reservas de reavaliação	0,00		0,00	
RESERVAS:					
571	Reservas legais	5.625,81		5.625,81	
572	Reservas estatutárias	0,00		0,00	
574	Reservas livres	73.363,80		73.363,80	
575	Subsídios	0,00		0,00	
576	Doações	76.513,46		74.113,46	
577	Reservas decorrentes da transferência de activos	0,00		0,00	
	Total das reservas:	155.503,07		153.103,07	
59	Resultados Transitados de Exercícios Anteriores	-18.703.553,44		-18.177.925,38	
88	Resultado líquido do exercício	-1.431.488,31		-525.628,06	
	TOTAL DO FUNDO PATRIMONIAL:	-4.290.236,68		-2.861.148,37	
PASSIVO:					
PROVISÕES:					
291	Provisões para cobranças duvidosas	0,00		0,00	
292	Provisões p.riscos encargos	0,00		0,00	
	Total de provisões:	0,00		0,00	
DIVIDAS A TERCEIROS-Médio e longo prazo		0,00		0,00	
DIVIDAS A TERCEIROS-Curto prazo:					
213	Utentes c/c	0,00		0,00	
219	Adiantamentos de clientes, utentes e instit. MS	780.500,13		3.659,97	
221	Fornecedores c/c	960.889,79		1.367.274,68	
228	Fornecedores-Facturas recepção e conferência	0,00		0,00	
23	Empréstimos obtidos	6.899.224,02		6.909.564,79	
252	Credores pela execução do orçamento	0,00		0,00	
2611	Fornecedores de imobilizado c/c	22.428,16		34.765,69	
24	Estado e outros entes públicos	409.124,17		349.530,99	
262/3/4 +267/8	Outros credores	745.189,75		697.072,62	
	Total de dividas a terceiros:	9.817.356,02		9.361.868,74	
ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS:					
273	Acréscimos de custos	2.093.780,79		1.859.855,02	
274	Proveitos diferidos	1.271.013,26		1.353.773,58	
	Total acréscimos e diferimentos:	3.364.794,05		3.213.628,60	
	TOTAL DO PASSIVO:	13.182.150,07		12.575.497,34	
	TOTAL F. PRÓPRIOS E PASSIVO:	8.891.913,39		9.714.348,97	

O Responsável

Maria José Simões

O Conselho de Administração

Leonardo F. Figueira
 Celestina G. F. Figueira
 Augusto F. Figueira (-) 25

(Klausurausschuss Statistik) 3

Ch
C
A
F

6 - DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS		CUSTOS E PERDAS		31-Dez-2013	
CONTAS		EXERCÍCIOS			
Código	Designação	N		N-1(31-12-2012)	
	CUSTOS E PERDAS				
61	CUSTOS MERC. VEM. MAT. CONS.:				
612	Mercadorias	0,00		0,00	
616	Matérias de consumo	4.381.014,67	4.381.014,67	4.252.568,28	4.252.568,28
62	Fornecimentos e serviços externos		4.083.371,14		3.915.510,41
64	CUSTOS COM O PESSOAL:				
641	Remuneração dos órgãos directivos	219.039,47		182.795,84	
642	Remuneração base de pessoal	9.850.918,47		10.388.630,07	
643	Pensões	90.040,62		42.094,84	
645	Encargos e remunerações	2.139.500,52		1.908.183,63	
646	Seguros acid trab e doenc profissionais	16.109,40		23.891,75	
647	Encargos sociais voluntários	19.448,99		26.970,47	
648	Outros custos com o pessoal	10.652,60	12.345.710,07	19.118,16	12.591.684,76
65	Transf. Correntes conc. e prest. Soc.		0,00		
66	Amortizações do exercício	448.401,14		478.873,15	
67	Provisões do exercício	84.806,49	533.207,63	46.861,02	525.734,17
68	Outros custos e perdas operacionais		16.498,99		16.937,79
	(A).....		21.359.802,50		21.302.435,41
69	Custos e perdas financeiras		118.157,00		147.975,41
	(C).....		21.477.959,50		21.450.410,82
69	Custos e perdas extraordinárias		194.146,12		320.763,58
	(E).....		21.672.105,62		21.771.174,40
86	Imposto s/ rendimento do exercício		6.778,31		2.040,50
88	Resultado líquido do exercício		-1.431.488,31		-525.628,06
			20.247.395,62		21.247.586,84

O Conselho de Administração

Seuando F. Augusto
Celestina G. P. F. de Almeida
Augusto P. de Almeida
Augusto P. de Almeida

Carly
Oliu
4

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR FUNÇÕES

31-Dez-2013

Designação	Exercícios	
	2013	2012
Vendas e Prestações de Serviços	18.822.466,63	19.876.830,04
Custos das Vendas e das Prestações de Serviços	18.486.677,63	18.444.643,12
Resultados Brutos	335.789,00	1.432.186,92
Outros Proveitos e Ganhos Operacionais	1.031.166,58	995.752,42
Custos de Distribuição	0,00	0,00
Custos Administrativos	2.673.197,22	2.638.015,00
Outros Custos e Perdas Operacionais	18.600,69	19.323,88
Resultados Operacionais	-1.324.842,33	-229.399,54
Custo Líquido de Financiamento	116.055,30	147.079,07
Ganhos (perdas) em Outros Investimentos	0,00	0,00
Resultados Correntes	-1.440.897,63	-376.478,61
Impostos sobre os resultados Correntes	6.778,31	2.040,50
Resultados Correntes após Impostos	-1.447.675,94	-374.438,11
Resultados Extraordinários	16.187,63	-151.189,95
Imposto sobre Resultados Extraordinários	0,00	0,00
Resultados Líquidos	-1.431.488,31	-525.628,06
Resultados por ação	-911,82	-334,81

O Responsável

Carla José Simões

POCMS

O Conselho de Administração

Sebastião F. Soares

Celso Maria G. F. Almeida Neto

Agente Técnico F. J. R. R.

Meirhausen Santiago

31-Jan-2014

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

31-12-2013

Designação	EXERCÍCIO	
	2013	
ACTIVIDADES OPERACIONAIS		
Recebimentos de Clientes	19.953.728,15	
Pagamentos a Fornecedores	-8.326.025,08	
Pagamentos a Pessoal	-12.500.861,34	
Fluxo Gerado pelas Operações	-873.158,27	
Pagamentos/Recebimento de imposto sobre o Rendimento	-2.192,69	
Outros Receb/Pagam. relativos Actividade Operacional	563.246,87	
Fluxo Gerado Antes das Rubricas Extraordinárias	561.054,18	
Recebimentos Relacionados com Rubricas Extraordinárias	0,00	
Pagamentos Relacionados com Rubricas Extraordinárias	0,00	
	0,00	
FLUXOS DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS (1)		-312.104,09
ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Recebimentos Provenientes de:		
Investimentos Financeiros	0,00	
Imobilizações Corpóreas	0,00	
Imobilizações Incorpóreas	0,00	
Subsídios para Investimentos	0,00	
Juros e Proveitos Similares	0,00	
Dividendos	0,00	
Empréstimos Concedidos a Accionistas/Sócios	0,00	
Empréstimos Concedidos a Outras Entidades	0,00	0,00
Pagamentos Respeitantes a:		
Investimentos Financeiros	0,00	
Imobilizações Corpóreas	-72.059,76	
Imobilizações Incorpóreas	0,00	
Empréstimos Concedidos a Accionistas/Sócios	0,00	
Empréstimos Concedidos a Outros	0,00	-72.059,76
FLUXOS DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO (2)		-72.059,76
ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Recebimentos Provenientes de:		
Empréstimos obtidos de accionistas/sócios	0,00	
Empréstimos obtidos de Outras Entidades	0,00	
Aumentos de Capital / Prest. Suplementares	0,00	
Subsídios e Doações	0,00	
Cobertura de Prejuízos	0,00	0,00
Pagamentos Respeitantes a:		
Empréstimos obtidos de accionistas/sócios	0,00	
Empréstimos obtidos de Outras Entidades	-10.340,77	
Amortização de contratos de locação financeira	-4.117,20	
Juros e Custos financeiros	-120.838,12	
Dividendos / Gratificações	0,00	
Redução de Capital / Prest. Suplementares	0,00	-135.296,09
FLUXOS DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO (3)		-135.296,09
VARIAÇÃO DE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES (4)= (1)+(2)+(3)		
		-519.459,94
Caixa e Equivalentes no Início do Período		1.203.664,38
Caixa e Equivalentes no Fim do Período		684.204,44

O Conselho de Administração

Fernando H. Soares
 Celestina G. H. Feiralento
 Agostinho Pres. do Conselho

O Responsável

Maria José Simão

7.3A - FLUXOS FINANCEIROS - Receita		31-Dez-2013		
CONTAS A DÉBITO		VALORES		
Código	Designação	Cobrados	A Cobrar	Total
	Caixa	50,00		50,00
	Depósitos	1.203.614,38		1.203.614,38
	I - SALDO INICIAL:	1.203.664,38	0,00	1.203.664,38
15	Títulos Negociáveis	0,00	0,00	0,00
18	Outras aplicações de tesouraria	0,00	0,00	0,00
	Total das contas 15/18:	0,00	0,00	0,00
219	Adiantamento de clientes	15.472.245,32	0,00	15.472.245,32
229	Adiantamento a fornecedores	7.912,09	6.665,31	14.577,40
24	Estado e outros entes públicos	3.421.815,58	182.830,61	3.604.646,19
261	Adiantamentos a fornecedores de imobilizado	0,00	0,00	0,00
262	Adiantamentos a o pessoal	8.298,47	4.261,37	12.559,84
263	Sindicatos	25.869,19	0,00	25.869,19
264	Regularização de dívidas por ordem Tesouro	0,00	0,00	0,00
268	Devedores e credores diversos	36.123,38	0,00	36.123,38
	Total das receitas de fundos alheios:	18.972.264,03	193.757,29	19.166.021,32
23	Empréstimos obtidos	0,00	0,00	0,00
2745	Subsídios de investimento	0,00	0,00	0,00
2748/9	Outros proveitos diferidos	0,00	0,00	0,00
	Total da conta proveitos diferido:	0,00	0,00	0,00
28	Empréstimos concedidos (Amortizações)	0,00	0,00	0,00
51	Fundo patrimonial (capital social)	0,00	0,00	0,00
575	Subsídios	0,00	0,00	0,00
576	Doações	0,00	0,00	0,00
	Total da conta de reservas:	0,00	0,00	0,00
711	Vendas	1.202,44	49,93	1.252,37
712	Prestações de serviços	18.637.697,01	180.434,28	18.818.131,29
72	Impostos e taxas	0,00	0,00	0,00
73	Proveitos suplementares	7.343,20	11.094,47	18.437,67
741	Transferências do Tesouro	0,00	0,00	0,00
742	Transferências correntes obtidas	720,77	5.355,52	6.076,29
743	Subsídios corrent obtidos-Outros entes púb	61.729,20	4.123,90	65.853,10
749	Subsídios corrent obtidos-De outras entidade	0,00	0,00	0,00
76	Outros proveitos e ganhos operacionais	482.680,20	438.433,23	921.113,43
78	Proveitos e ganhos financeiros	17.466,45	1.193,67	18.660,12
792/3/4/5/8	Proveitos e ganhos extraordinários	0,00	0,00	0,00
	Total dos proveitos do exercício:	19.208.839,27	640.685,00	19.849.524,27
	II - RECEITAS DO EXERCÍCIO:	39.384.767,68	834.442,29	40.219.209,97
797	Correcções relativas a exercícios anteriores	3.239.217,73	1.881.287,83	5.120.505,56
	III - RECEITAS EXERCIC. ANTERIORES	3.239.217,73	1.881.287,83	5.120.505,56
	TOTAL GERAL:	42.623.985,41	2.715.730,12	45.339.715,53

Chy
Ofício
f

7.3A - FLUXOS FINANCEIROS - Despesa		31-Dez-2013		
CONTAS A CRÉDITO		VALORES		
Código	Designação	Pagos	Em dívida	Total
219	Adiantamento de clientes	17.368.654,96	780.500,13	18.149.155,09
229	Adiantamento a fornecedores	5.396,40	0,00	5.396,40
24	Estado e outros entes públicos	3.435.621,43	253.830,21	3.689.451,64
261	Adiantamentos a fornecedores de imobilizado	0,00	0,00	0,00
262	Adiantamentos a o pessoal	8.337,57	0,00	8.337,57
263	Sindicatos	26.005,21	2.116,19	28.121,40
264	Regularização de dívidas por ordem Tesouro	0,00	0,00	0,00
268	Devedores e credores diversos	36.384,12	2.521,96	38.906,08
	Total das receitas de fundos alheios:	20.880.399,69	1.038.968,49	21.919.368,18
23	Empréstimos Obtidos	10.340,77	6.899.224,02	6.909.564,79
272	Custos diferidos	3.924,33	22.717,66	26.641,99
28	Empréstimos concedidos (Concessão)	0,00	0,00	0,00
312	Mercadorias	0,00	0,00	0,00
3161	Produtos farmacêuticos	2.331.329,76	385.691,99	2.717.021,75
3162	Material de consumo clínico	985.042,41	151.540,45	1.136.582,86
3163	Produtos alimentares	129.868,35	15.405,36	145.273,71
3164	Material de consumo hoteleiro	64.192,66	8.806,74	72.999,40
3165	Material de consumo administrativo	39.921,02	8.338,09	48.259,11
3166	Material de Manutenção e conservação	45.514,72	9.479,40	54.994,12
3169	Outro material de consumo	0,00	0,00	0,00
	Total da conta de compras:	3.595.868,92	579.262,03	4.175.130,95
41	Investimentos financeiros	0,00	0,00	0,00
42	Imobilizações corpóreas	55.304,98	8.534,45	63.839,43
43	Imobilizações incorpóreas	0,00	0,00	0,00
44	Imobilizações em curso	0,00	0,00	0,00
45	Bens do domínio público	0,00	0,00	0,00
	Total da conta de imobilizações:	55.304,98	8.534,45	63.839,43
6211	Assistência ambulatoria	0,00	0,00	0,00
6212	Métos complementares de diagnóstico	0,00	0,00	0,00
6213	Métos complementares de terapêutica	0,00	0,00	0,00
6214	Produtos vendidos por farmácias	0,00	0,00	0,00
6215	Internamentos	0,00	0,00	0,00
6216	Transporte de doentes	0,00	0,00	0,00
6217	Aparelhos complementares de terapêutica	0,00	0,00	0,00
6218	Trabalhos executados no exterior	1.026.978,37	603.265,94	1.630.244,31
6219	Outros sub-contratos	0,00	351.172,40	351.172,40
	Total da conta de subcontratos:	1.026.978,37	954.438,34	1.981.416,71
6221	Fornecimentos e serviços I	574.582,78	87.532,28	662.115,06
6222	Fornecimentos e serviços II	737.690,60	-5.292,10	732.398,50
6223	Fornecimentos e serviços III	599.703,82	85.094,26	684.798,08
6229	Outros Fornecimentos e Serviços	19.891,69	2.751,10	22.642,79
	Total da conta de Fornecim. E Serviços:	1.931.868,89	170.085,54	2.101.954,43
63	Transferências corrent. Conc. e prest. Sociais	0,00	0,00	0,00

Chy
Chy
4 d

CONTAS A CRÉDITO		VALORES		
Código	Designação	Pagos	Em dívida	Total
641	Remunerações dos órgãos directivos	197.326,31	0,00	197.326,31
6421	Remunerações base do pessoal	6.643.147,72	0,00	6.643.147,72
6422	Suplementos de remunerações	1.213.173,09	141.726,19	1.354.899,28
6423	Prestações sociais directas	45.394,08	0,00	45.394,08
6424	Subsídio de férias e natal	566.575,61	0,00	566.575,61
643	Pensões	90.040,62	0,00	90.040,62
645	Encargos sobre remunerações	1.698.897,82	155.259,71	1.854.157,53
646	Seguros e acidentes no trabalho	15.865,36	244,04	16.109,40
647	Encargos sociais voluntários	19.448,99	0,00	19.448,99
648	Outros custos com pessoal	10.652,60	0,00	10.652,60
	Total da conta de despesas com pessoal	10.500.522,20	297.229,94	10.797.752,14
65	Outros custos e perdas operacionais	14.443,70	2.055,29	16.498,99
68	Custos e perdas financeiras	117.381,02	775,98	118.157,00
691	Transferências de capital concedidas	0,00	0,00	0,00
693	Perdas em existências	0,00	0,00	0,00
694	Perdas em imobilizações	0,00	0,00	0,00
695	Multas e penalidades	0,00	0,00	0,00
698	Outros custos e perdas extraordinárias	2.192,69	0,00	2.192,69
	Total conta custos/perdas extraordinárias:	2.192,69	0,00	2.192,69
86	Imposto s/rendimento do exercício (PC)	0,00	0,00	0,00
	IV - DESPESAS DO EXERCÍCIO:	38.139.225,56	9.973.291,74	48.112.517,30
69764	C.R.E.A.- Despesas com pessoal	2.000.300,04	180.434,28	2.180.734,32
697...	C.R.E.A. - Outros	1.800.255,37	408.930,53	2.209.185,90
	V - DESPESAS EXERCIC. ANTERIORES:	3.800.555,41	589.364,81	4.389.920,22
	Caixa	50,00		50,00
	Depósitos Instituições Financeiras:			
	Depósitos à ordem	128.924,44		128.924,44
	Depósitos a prazo	0,00		0,00
	Outros Depósitos	0,00		0,00
	Tesouro Depósitos à Ordem	555.230,00		555.230,00
	Títulos Negociáveis:			
	Outras Aplicações de Tesouraria	0,00		0,00
	VI - SALDO FINAL:	684.204,44		684.204,44
	TOTAL GERAL:	42.623.985,41	10.562.656,55	53.186.641,96

O Responsável
Maria José Simões

O Conselho de Administração

Luís Paulo
Celeste Maria G. H. Feireiro
Augusto
Mário

Mapa de Controlo do Orçamento Económico (Custos e Perdas)

DE: Janeiro A: Dezembro DO ANO: 2013

Código	Designação	ORÇAMENTADO	PROC. AQUISIÇÃO	ENC. ASSUMIDOS	PROCESSADAS	PAGAS
	CUSTOS MERC.VEND. E MAT.CONSUMO:					
612	Mercadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6161	Produtos farmacêuticos	2.596.755,00			2.915.836,99	
6162	Material de consumo clínico	1.343.154,00			1.142.171,67	
6163	Produtos alimentares	152.817,00			144.816,97	
6164	Material consumo hoteleiro	77.701,00			73.642,84	
6165	Material consumo administrativo	48.950,00			48.722,04	
6166	Material manutenção/conservação	54.591,12			55.824,16	
6169	Outro material de consumo	0,00			0,00	
	Total da conta 61	4.272.988,12	0,00	0,00	4.381.014,57	0,00
	FORNECIM. E SERVIÇOS EXTERNOS:					
	Sub contratos:			0	0	
6211	Assistência ambulatória	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Meios complement. diagnóstico:					
62121	Patologia clínica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
62122	Anatomia patológica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
62123	Imagiologia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
62124	Cardiologia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
62125	Electroencefalografia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
62126	Medicina nuclear	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
62127	Endoscopia Gástrica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
62128	Pneumologia / Imunoalergologia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
62129	Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Total da conta 6212	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Meios complement. terapêuticos:					
62131	Hemodíalise	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
62132	Medicina física e reabilitação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Total da conta 6213	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6214	Prescrição Medicamentos / Cuidados Farmac.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6215	Internamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6216	Transporte de doentes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6217	Aparelhos complement. Terapêutica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Ch
Ch
4

Mapa de Controlo do Orçamento Económico (Custos e Perdas)

DE:		Janeiro		A:		Dezembro		DO ANO:		2013	
Trabalhos executados exterior:											
Em entidades Ministério Saúde:											
621811	Assistência ambulatória		0,00		31,00		31,00		31,00		0,00
621812	Meios Complern. Diagnóstico		167.097,58		164.887,80		164.887,80		164.887,80		26.054,70
621813	Meios Complern. Terapêutica		363.884,00		321.438,00		321.438,00		321.438,00		105.054,00
621814	Prescrição Medicamentos / Cuidados Farmac.		0,00		0,00		0,00		0,00		0,00
621815	Internamentos e Transportes de Doentes		0,00		0,00		0,00		0,00		0,00
621819	Outros Trabalhos Exec. Exterior		0,00		0,00		0,00		0,00		0,00
Total da conta 62181			530.981,58		486.356,80		486.356,80		508.520,44		131.708,70
Em outras entidades:											
621891	Assistência ambulatória		0,00		31,00		31,00		31,00		31,00
621892	Meios Complern. Diagnóstico		753.885,20		936.227,92		936.227,92		944.165,56		746.440,51
621893	Meios Complern. Terapêutica		10.285,44		9.735,78		9.735,78		9.735,78		7.433,37
621894	Produtos vendidos p/farmacías		0,00		0,00		0,00		0,00		0,00
621895	Internamentos e Transportes de Doentes		156.365,47		167.791,53		167.791,53		167.791,53		141.364,79
621896	Aparelhos Complern. Terapêutica		0,00		0,00		0,00		0,00		0,00
621897	Assistência no estrangeiro		0,00		0,00		0,00		0,00		0,00
621898	Termalismo Social		0,00		0,00		0,00		0,00		0,00
621899	Outros Trabalhos Exec. Exterior		0,00		0,00		0,00		0,00		0,00
Total da conta 62189			920.536,11		1.113.786,23		1.113.786,23		1.121.723,87		895.269,67
TOTAL DA CONTA 6218			1.451.517,69		1.600.143,03		1.600.143,03		1.630.244,31		1.026.978,37
6219	Outros subcontratos		0,00		77.108,28		77.108,28		351.172,40		0,00
Fornecimentos e serviços:											
6221	Fornecimentos e serviços I		604.164,25		662.115,06		662.115,06		682.115,06		574.562,78
6222	Fornecimentos e serviços II		780.597,66		732.398,50		732.398,50		732.398,50		737.080,60
6223	Fornecimentos e serviços III		844.855,80		684.798,08		684.798,08		684.798,08		599.703,82
6229	Outros fornecimentos e serviços		22.038,52		22.642,79		22.642,79		22.642,79		19.891,69
Total da conta 622:			2.251.656,23		2.101.954,43		2.101.954,43		2.101.954,43		1.931.868,89
Total da conta 62:			3.703.173,92		3.779.205,74		3.779.205,74		4.083.371,14		2.958.947,26
63	Transferênc. Corrent. conced./Prest sociais		0,00		0,00		0,00		0,00		0,00
Despesas com o Pessoal											
Remunerações orgãos directivos											
6411	Remunerações base		148.746,34		117.547,24		117.547,24		128.218,16		117.547,24
6412	Subsídio férias e natal		10.623,14		25.214,39		25.214,39		36.256,63		25.214,39
6413	Suplementos de remunerações		38.000,00		37.642,08		37.642,08		37.642,08		37.642,08
6414	Prestações sociais directas		0,00		433,10		433,10		433,10		433,10
6419	Outras remunerações		0,00		16.489,50		16.489,50		16.489,50		16.489,50
Total da conta 641:			197.369,48		197.326,31		197.326,31		219.039,47		197.326,31

Mapa de Controlo do Orçamento Económico (Custos e Perdas)

DE:		Janeiro	A:	Dezembro	DO ANO:	2013
Remunerações base do Pessoal						
64211	RCIFP por tempo indeterminado	4.512.758,20		3.942.710,06	3.942.710,06	4.300.899,25
64212	Pessoal c/contrato a termo Resolutivo	510.807,98		482.314,70	482.314,70	526.893,14
64213	Pessoal em Reg. Contrato Individual Trabalho	2.567.623,02		2.216.267,87	2.216.267,87	2.432.315,47
64214	Pessoal em qualquer outra situação	0,00		1.855,09	1.855,09	2.009,68
Total da conta 6421:		7.591.189,20		6.643.147,72	6.643.147,72	7.262.117,54
Suplementos Remuneratórios						
642211	Horas extraordinárias	500.605,53		451.463,80	451.463,80	379.104,85
642212	Prevenções	7.983,69		7.509,63	7.509,63	5.855,40
642221	Noites e suplementos	553.312,50		318.802,58	318.802,58	270.347,96
642222	Subsídio de turno	0,00		0,00	0,00	0,00
64223	Abono para faltas	945,89		2.871,55	2.871,55	2.871,55
64224	Subsídio de refeição	484.755,24		436.287,21	436.287,21	436.287,21
64225	Ajuda de custo	2.685,89		4.024,09	4.024,09	4.024,09
642267	Vestuário, artig. pes, alim e alojamento	0,00		0,00	0,00	0,00
642281	SIGIC	25.137,00		0,00	0,00	0,00
642282 a 9	Outros Suplementos	139.467,32		134.141,24	134.141,24	114.882,23
Total da conta 6422:		1.684.892,86		1.355.100,10	1.355.100,10	1.213.173,09
6423	Prestações sociais directas	45.006,59		45.394,08	45.394,08	45.394,08
6424	Subsídio férias e natal	682.773,20		566.575,61	566.575,61	566.575,61
6425	Prémios de Desemprego	0,00		0,00	0,00	0,00
643	Pensões	42.085,00		90.040,62	90.040,62	90.040,62
645	Encargos s/remunerações	1.988.683,20		1.698.897,82	1.698.897,82	1.698.897,82
646	Seg. acidentes trab./Doanc. prof.	23.891,75		15.865,36	15.865,36	15.865,36
647	Encargos sociais voluntários	26.970,47		19.448,99	19.448,99	19.448,99
648	Outros custos com pessoal	23.833,47		10.652,60	10.652,60	10.652,60
Total da conta 64:		12.314.705,22		10.642.449,21	10.642.449,21	12.345.710,07
65	Outros custos operacionais	19.317,18		16.443,70	16.443,70	14.443,70
66	Amortizações do exercício	525.264,67		0,00	0,00	448.401,14
67	Provisões do exercício	65.335,00		0,00	0,00	84.806,49
68	Custos e perdas financeiras	146.605,92		118.157,00	118.157,00	117.381,02
Custos e perdas extraordinários:						
691	Transferências de Capital Concedidas	0,00		0,00	0,00	0,00
692	Dívidas Incobráveis	0,00		0,00	866,94	0,00
693	Perdas em existências	24.454,00		0,00	0,00	12.907,85
694	Perdas em imobilizações	1.857,15		0,00	0,00	1.857,15
695	Multas e penalidades	0,00		0,00	0,00	0,00
696	Aumentos de Amortizações e Provisões	0,00		0,00	0,00	0,00
697	Correcções relat. exerc. anteriores	188.268,85		176.321,49	176.321,49	3.800.555,41
698	Outros custos e perd. extraordin.	0,00		2.192,69	2.192,69	2.192,69
Total da conta 69:		214.580,00		178.514,18	178.514,18	3.802.748,10
TOTAL GERAL:		21.261.950,03		14.734.769,83	14.734.769,83	21.872.105,62

Ch
Ch
4

Mapa de Controlo do Orçamento Económico (Proveitos e Ganhos)

DE: Janeiro A: Dezembro DO ANO: 2013

Código	Designação	Orçamentado	Emitido	Cobrados
Vendas e prestações de serviços:				
711	Vendas	1.654,13	1.252,37	1.202,44
Prestações de Serviços SNS Contrato Programa				
71211	Internamento	9.554.868,14	8.953.244,18	8.953.244,18
71212	Consulta	2.982.055,68	2.452.210,56	2.452.210,56
71213	Urgência / S.A.P.	3.765.868,80	3.639.055,68	3.639.055,68
71214	Quartos particulares	0,00	0,00	0,00
71215	Hospital de dia	334.073,00	231.908,70	231.908,70
712161	Meios Complementares de diagnóstico,	0,00	0,00	0,00
712162	Meios Complementares de terapêutica	0,00	0,00	0,00
71218	Outras Prestações de Serviços de Saúde	3.291.770,43	2.415.410,00	2.415.410,00
71219	Outras Prestações de Serviços	0,00	316.055,15	316.055,15
Prestações de Serviços Outras Entidades Responsáveis				
71221	Internamento	173.095,16	125.137,91	37.009,08
71222	Consulta	8.773,00	6.835,50	1.364,00
71223	Urgência / S.A.P.	269.460,00	162.125,64	83.903,48
71224	Quartos particulares	0,00	0,00	0,00
71225	Hospital de dia	0,00	82,40	82,40
71226	Meios Complementares de diagnóstico e terapêutica	7.587,36	8.722,27	279,91
71227	Taxas moderadoras	569.023,40	506.459,86	506.190,81
71228	Outras Prestações de Serviços de Saúde	6.600,00	0,00	0,00
71229	Outras prestações de serviços	18.478,88	10.894,43	1.985,06
Total da conta 712:		21.002.533,87	18.818.131,29	18.637.697,01
72	Impostos e taxas	0,00	0,00	0,00
73	Proveitos suplementares	25.333,65	18.437,67	7.343,20
Transferências e subvencões correntes obtidas:				
741	Transferências - Tesouro	0,00	0,00	0,00
Transferências correntes obtidas:				
7421	Da ACSS	0,00	0,00	0,00
7422	Do P.I.D.A.C.	0,00	6.076,29	720,77
7423	EU - Fundos Comunitários Proj não co-financiados	0,00	0,00	0,00
7424	Quotas de Financiamento	0,00	0,00	0,00
7429	Outras transferências correntes obtidas	0,00	0,00	0,00
743	Subsid. correntes obtidos - O. entes públicos	58.867,50	65.853,10	61.728,20
749	Subsídios correntes obtidos - De outras entidades	0,00	0,00	0,00
Total da conta 74:		58.867,50	71.929,39	62.449,97
75	Trabalhos para a própria entidade	0,00	0,00	0,00
Outros proveitos e ganhos operacionais:				
761	ACSS	0,00	0,00	0,00
762	Reembolsos	854.952,85	919.080,38	482.108,34
763	Produtos de fabricação interna	0,00	0,00	0,00
768	Não especificados alheios ao valor acrescentado	2.141,31	1.979,61	520,42
769	Outros	509,63	53,44	53,44
Total da conta 76:		857.503,79	921.113,43	482.680,20
78	Proveitos e ganhos financeiros	22.767,31	18.680,12	17.466,45
79	Proveitos e ganhos extraordinários	191.701,14	397.871,95	3.239.217,73
TOTAL GERAL:		22.160.601,39	20.247.395,62	22.448.057,00

Handwritten signature and initials in blue ink.

Mapa de Controle do Orçamento de Compras

DE: Janeiro A: Dezembro DO ANO: 2013

Código	Designação	ORÇAMENTADO	PROC. AQUISIÇÃO	ENC. ASSUMIDOS	PROCESSADAS	PAGAS
	COMPRAS:					
312	Mercadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	PRODUT. FARMACÊUTICOS:					
31611	Medicamentos	2.051.119,00	2.408.523,82	2.382.500,32	2.382.500,32	1.883.756,80
31612	Reagentes e prod. diag. rápido	543.585,37	554.999,97	551.200,01	551.200,01	446.769,06
31619	Outros produtos farmacêuticos	1.050,63	1.001,57	1.001,57	1.001,57	803,90
3162	Material de consumo clínico	1.343.154,00	1.145.033,45	1.141.544,14	1.141.544,14	985.042,41
3163	Produtos alimentares	152.817,00	148.694,85	148.427,11	148.427,11	129.868,35
3164	Material consumo hoteleiro.	77.701,00	74.198,39	73.133,84	73.133,84	64.192,66
3165	Material consumo administrativo.	48.950,00	48.786,23	48.294,57	48.294,57	39.921,02
3166	Material manutenção e conservação	54.591,12	56.483,84	55.396,75	55.396,75	45.514,72
3169	Outro material de consumo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	TOTAL DAS COMPRAS:	4.272.968,12	4.437.722,12	4.401.498,31	4.401.498,31	3.595.868,92
317	DEVOLUÇÃO DE COMPRAS				16.664,34	
318	DESCONT. ABATIM. COMPRAS.				209.703,02	
	TOTAL GERAL:	4.272.968,12	4.437.722,12	4.401.498,31	4.175.130,95	3.595.868,92

Handwritten signatures and initials in blue ink.



MINISTÉRIO DA SAÚDE

HOSPITAL SANTA MARIA MAIOR, E.P.E.

U.M.:

Mapa de Controlo do Orçamento de Investimentos

Código	Designação	ORÇAMENTADO	PROC. AQUISIÇÃO	ENC. ASSUMIDOS	PROCESSADAS	PAGAS
IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:						
421	Terenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
422	Edifícios e outras construções	21.335,00	6.396,02	6.396,02	6.396,02	1.084,12
EQUIPAMENTO BÁSICO:						
4231	Médico-cirurgico	25.000,00	19.065,21	19.065,21	19.065,21	14.901,23
4232	De Imagiologia	12.000,00	20.023,17	20.023,17	20.023,17	19.592,67
4233	De laboratório	1.300,00	4.765,64	4.765,64	4.765,64	4.765,64
4234	Mobiliário hospitalar	2.300,00	1.276,90	1.276,90	1.276,90	1.083,75
4235	De desinfeção e esterilização	3.600,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4236	De hotelaria	3.750,00	785,74	785,74	785,74	0,00
4239	Outro	4.500,00	3.860,66	3.860,66	3.860,66	3.860,66
Total da conta 423:		52.450,00	49.777,32	49.777,32	49.777,32	44.203,95
424	De transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
425	Ferramentas e utensílios	1.500,00	1.249,68	1.249,68	1.249,68	1.249,68
EQUIPAM. ADMINISTRATIVO e INFORMÁTICO						
4261	Equipamento administrativo	1.510,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4262	Equipamento informático	150.000,00	8.243,23	8.243,23	8.243,23	8.194,05
Total da conta 4.2.6:		151.510,00	8.243,23	8.243,23	8.243,23	8.194,05
427	Taras e vasilhame	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
429	Outras	9.320,00	573,18	573,18	573,18	573,18
Total de Imobilizações Corpóreas		236.115,00	66.239,43	66.239,43	66.239,43	55.304,98
IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS:						
43	Imobilizações incorpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
IMOBILIZAÇÕES EM CURSO:						
44	Imobilizações em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO:						
45	Bens de domínio público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL GERAL :		236.115,00	66.239,43	66.239,43	66.239,43	55.304,98

CoCol

31-01-2014

Chy
Pinto
A

7.9. NOTAS AO BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

NOTA 8.1 – CARATERIZAÇÃO DA ENTIDADE

NOTA 8.1.1. – IDENTIFICAÇÃO

O Hospital Santa Maria Maior, E.P.E., pessoa coletiva nº 506361381, com sede no Campo da República, 4754-909 Barcelos, foi transformado em Entidade Pública Empresarial conforme Decreto-Lei nº 233/2005 de 29 de Dezembro e tem como atividade principal a prestação de cuidados de saúde com internamento.

O Hospital sendo pessoa coletiva de direito público de natureza empresarial é dotado de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, nos termos do Decreto-Lei nº 558/99, de 17 de Dezembro, e do art.º 18º do anexo á Lei nº 27/2002, de 8 de Novembro.

NOTA 8.1.2 – LEGISLAÇÃO

O Hospital rege-se pelo regime jurídico aplicável às Entidades Públicas Empresariais, com as especificidades previstas no Decreto-Lei nº 233/2005 de 29 de Dezembro, alterado pelo Decreto-Lei nº 244/2012 de 09 de novembro. Ao Hospital aplicam-se ainda as especificidades estatutárias previstas no Anexo I do referido Decreto-Lei, designadamente quanto à denominação, sede e capital estatutário.

NOTA 8.1.3 – ESTRUTURA ORGANIZACIONAL EFETIVA

O Organograma do Hospital encontra-se definido no ponto 1.3. “Estrutura Organizacional” do presente Relatório.

São órgãos do Hospital:

- ☒ Conselho de Administração;
- ☒ Fiscal Único;
- ☒ Conselho Consultivo;
- ☒ Auditor Interno.

São órgãos de Apoio Técnico permanente do Hospital:

- ☒ Comissão de ética;



- ☒ Comissão de Humanização e Qualidade dos Serviços;
- ☒ Comissão de Controlo de Infecção Hospitalar,
- ☒ Comissão de Farmácia Terapêutica;
- ☒ Comissão Médica;
- ☒ Comissão de Enfermagem;
- ☒ Direção de Internato Médico;
- ☒ Comissão de Coordenação Oncológica.

NOTA 8.1.4 – DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS ACTIVIDADES

O Hospital tem por objeto principal a prestação de cuidados de saúde à população da sua área de influência, designadamente aos beneficiários do Serviço Nacional de Saúde e aos beneficiários dos Subsistemas de Saúde, ou de entidades externas, e a todos os cidadãos em geral.

NOTA 8.1.5 – RECURSOS HUMANOS

No final do exercício de 2013 o Hospital Santa Maria Maior EPE contava com a colaboração de 533 profissionais, dos quais 474 Efetivos, 53 Prestadores de Serviços e 6 Empresas Prestadoras de Serviços Médicos.

Do total de colaboradores, 270 (51%) detêm vínculo em Contrato de Trabalho em Funções Públicas, 171 (32%) em regime de Contrato Individual de Trabalho sem termo, 25 (5%) em regime de Contrato a Termo Resolutivo Incerto, 3 (1%) em regime de Contrato Individual de Trabalho com termo, 4 (1%) em Comissão de Serviço, 1 (0%) em regime de Mobilidade Interna e 59 (11%) em regime de Prestação de Serviços, assim distribuídos:

Médicos: 124 (23% do total dos colaboradores) dos quais 22 (4,13%) detêm vínculo em Contrato de Trabalho em Funções Públicas por tempo indeterminado, 25 (4,69%) encontram-se em regime de Contrato a Termo Resolutivo, 19 (3,56%) em regime de Contrato Individual de Trabalho sem termo e 57 (10,88%) em regime de Prestação de Serviços, dos quais 51 em Nome Individual e 6 em regime de Empresa.



Enfermeiros: 169 (32% do total dos colaboradores) dos quais 102 (19%) detêm vínculo em regime de Contrato de Trabalho em Funções Públicas por tempo indeterminado e 67 (13%) encontram-se em regime de Contrato Individual de Trabalho sem termo.

Técnicos Diagnóstico e Terapêutica: 24 (5% do total dos colaboradores) dos quais 13 (2,44%) detêm vínculo em Contrato de Trabalho em Funções Públicas por tempo indeterminado, 9 (1,69%) em Contrato Individual de Trabalho sem termo, 1 (0,19%) em Contrato Individual de Trabalho com termo e 1 (0,19%) em Prestação de Serviços.

Assistentes Operacionais: 138 (26% do total dos colaboradores) dos quais 85 (16%) detêm vínculo em Contrato de Trabalho em Funções Públicas por tempo indeterminado, 51 (9,57%) em Contrato Individual de Trabalho sem termo, 2 (0,38%) em Contrato Individual de Trabalho com termo.

Assistentes Técnicos: 49 (9% do total dos colaboradores) dos quais 39 (7%) detêm vínculo em Contrato de Trabalho em Funções Públicas por tempo indeterminado, 10 (2%) em Contrato Individual de Trabalho sem termo.

Outras (Dirigente, T. S. Saúde, T. Superior, Informática, Outra): 29 (5% do total dos colaboradores) dos quais 9 (1,69%) detêm vínculo em regime de Contrato Trabalho em Funções Públicas por tempo indeterminado, 15 (2,81%) em regime de Contrato Individual de Trabalho sem termo, 1 (0,19%) em regime de Prestação de Serviços e 4 (0,75%) em regime de Comissão de Serviço.

NOTA 8.1.6 – ORGANIZAÇÃO CONTABILÍSTICA:

- a) Existe um Regulamento Interno dos Serviços Financeiros;
- b) É utilizada a aplicação informática SIDC, e existe o registo por tipo de diários;
- c) Existe o arquivo dos documentos de despesa e de receita, organizado por rubrica financeira e número de caixa;
- d) O Sistema informático existente é uma aplicação informática do ACSS, que permite efetuar registos de Contabilidade Geral, Contabilidade Orçamental e Contabilidade Analítica;



- e) Existem demonstrações financeiras intercalares, sendo produzido o Relatório Trimestral de Execução Orçamental, que o HSMM remete para a Inspeção Geral de Finanças, submete no site da Direção Geral do Tesouro e Finanças e publica em página própria;
- f) Mensalmente, no cumprimento do Despacho nº 693/2009 do Sr. Secretário de Estado Adjunto e da Saúde de 23 de Dezembro de 2008, do artº. 51º do Decreto-Lei nº 29-A/2011 de 01 de Março e da Circular Normativa nº 09/2011/UOGF de 09 de Março da ACSS, é enviado, à ACSS, o “Relatório Analítico do Desempenho Económico-Financeiro”, relatório analítico sobre os documentos financeiros e da informação relativa à produção.
- g) Para garantir a eficiência, o rigor e a eficácia do processo de acompanhamento e controlo da gestão das empresas SEE, foi desenvolvido e disponibilizado um sistema de informação – SIRIEF (Sistema de Recolha de Informação Económica e Financeira) – em ambiente Web, que permite o carregamento dos dados em formulários padronizados, para efeitos de acompanhamento e controlo pela IGF e pela DGTF;
- h) Existe centralização contabilística, utilizando-se para o efeito o sistema informático SIDC.

NOTA 8.2 – NOTAS AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

As notas que se seguem são apresentadas em euros e respeitam a ordem e as orientações estabelecidas no POCMS.

As notas não mencionadas não se aplicam ou respeitam a factos ou situações não consideradas materialmente relevantes ou que não ocorreram no exercício económico de 2012.

NOTA 8.2.2 – COMPARABILIDADE DAS CONTAS

As demonstrações financeiras aqui apresentadas são objeto de comparabilidade com as do exercício anterior, sendo as regras aplicadas e idênticas aos dois exercícios.

NOTA 8.2.3 – CRITÉRIOS VALORIMÉTRICOS UTILIZADOS

Os principais critérios valorimétricos utilizados na preparação das demonstrações financeiras foram os seguintes:

a) Imobilizações Incorpóreas

As imobilizações incorpóreas, que compreendem essencialmente estudos e projetos de reorganização dos serviços, encontram-se registadas ao custo e são amortizadas pelo método das quotas constantes durante um período de 5 anos.

b) Imobilizações Corpóreas

As imobilizações corpóreas encontram-se registadas ao custo de aquisição, sendo as ofertas e os bens avaliados registados pelo justo valor.

As amortizações do imobilizado corpóreo são calculadas, sobre o custo histórico, a partir do ano de entrada em funcionamento ou início de utilização dos bens, de acordo com o método das quotas constantes, utilizando para o efeito as taxas referidas no Decreto Regulamentar 25/2009, de 14 de setembro.

IMOBILIZAÇÕES	TAXA ANUAL (%)
Edifícios e outras construções	2,00 a 10,00
Equipamento básico	10,00 a 12,50
Equipamento de transporte	25
Ferramentas e utensílios	25
Equipamento administrativo e informático	10,00 a 33,33
Outras imobilizações corpóreas	14,28

c) Existências

As matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo médio de aquisição. Sempre que este último é superior ao respetivo valor de mercado são constituídas as respetivas provisões.

d) Provisões de dívidas de cobrança duvidosa

A provisão para dívidas de cobrança duvidosa é calculada com base na avaliação das perdas estimadas pela não realização das contas a receber de clientes e outros devedores.

e) Especialização de exercícios

Os Proveitos e Custos são registados de acordo com o princípio da especialização de exercícios pelo qual as receitas e despesas são reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas nas rubricas de acréscimos e diferimentos.

f) Subsídios

Os subsídios atribuídos a fundo perdido, para financiamento de imobilizações corpóreas, são registados como proveitos diferidos, na rubrica de acréscimos e diferimentos, e reconhecidos na demonstração de resultados proporcionalmente às amortizações das imobilizações corpóreas subsidiadas.

g) Pensões

O HSMM, por força de Lei, comparticipa mensalmente para a Caixa Geral de Aposentações um montante para a pensão dos funcionários aposentados do Hospital, que integraram a Função Pública até 30 de Abril de 1980, que foi o momento da nacionalização do Hospital, e que anteriormente descontavam para a Caixa de Previdência dos Empregados da Assistência. O Hospital regista esses pagamentos como um custo do exercício na rubrica de “Custos com o pessoal” da demonstração de resultados, não tendo sido constituída a 31 de Dezembro de 2013 qualquer provisão para fazer face à responsabilidade contingente que possui, em virtude de ainda não possuir um estudo atuário que lhe permita aferir das acima referidas responsabilidades.

O facto de o Hospital não ter constituído ainda uma provisão, está explicado pelo exposto na Circular da ACSS – Administração Central Serviços Saúde, nº 15091 de 4 de Dezembro de 2007 que refere o seguinte:

“...está a ser objeto de análise, com representantes da ACSS, DGT, IGF, no sentido de se proceder a uma maior clarificação sobre os impactos e implicações que esta regularização representa para as contas de cada um dos hospitais.”

De referir ainda que, por força de aplicação da Lei do Orçamento 2012, art.º 191º da Lei n.º 64-B/2011, houve uma redução nos encargos com pensões de sobrevivência e sangue, a pagar pela CGA aos subscritores.

Em 2013, o Hospital suportou custos com pensões antecipadas no valor de 80.150,62€, com a Contribuição Extraordinária de Solidariedade (CES) no valor de 6.515,53€, e, com pensões de sobrevivência e sangue no valor de 3.374,47€.

h) R dito

Durante o exercício de 2013, o Hospital assinou um novo contrato programa com o Estado Português, no qual foi definido o volume de produção (serviços de saúde) a prestar ao Serviço Nacional de Saúde (SNS) e aos Subsistemas Públicos da ADSE, SAD GNR, SAD PSP e da ADM das Forças Armadas, bem como a contrapartida pecuniária dos mesmos, e, foram também definidos os objetivos de qualidade e eficiência, perfazendo o contrato-programa o valor total é de 20.421.410,15 .

De referir que este valor contratualizado é ajustado mediante o cumprimento ou não do volume de produção acordado através do mecanismo da produção marginal.

O contrato-programa negociado, em 2013, com a ACSS sofreu um decréscimo em valor face aos anos anteriores, tendo sido de 21.134.954,51 Euros em 2012, 22.267.784,75 Euros em 2011, 23.564.559,05 Euros em 2010 e de 21.277.659,17 Euros em 2009.

i) Impostos

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais do Hospital dos anos de 2009, 2010, 2011, 2012 e 2013 poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão. O Conselho de Administração do Hospital entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras anexas.

O Hospital encontra-se a aplicar a Diretriz Contabilística n  28 relativamente ao registo de Impostos Diferidos. Contudo, por não existirem expectativas razoáveis sobre a recuperação dos ativos por impostos diferidos associados a prejuízos fiscais reportáveis e a provisões para cobranças duvidosas constituídas acima dos limites estabelecidos fiscalmente, os mesmos não foram registados.

Ch. Pinto
[Signature]

NOTA 8.2.6 – CONTA 432 – DESPESAS DE INVESTIGAÇÃO E DE DESENVOLVIMENTO

O saldo da rubrica 432, diz respeito às despesas efetuadas com a Center For Performance Sciences associadas a projetos de Acreditação.

NOTA 8.2.7 – MOVIMENTOS DO ACTIVO IMOBILIZADO

a) Ativo Bruto

Designação	Saldo Inicial	Aumentos	Transf. Abates	Saldo Final
Imobilizações incorpóreas:				
Desp. Investigação e Desenvolvimento	52.725,30	0,00	0,00	52.725,30
	52.725,30	0,00	0,00	52.725,30
Imobilizações corpóreas:				
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	7.308.427,03	6.396,02	0,00	7.314.823,05
Equipamento básico	4.739.084,86	49.777,32	33154,58	4.755.707,60
Equipamento de transporte	102.327,96	0,00	0,00	102.327,96
Ferramentas e utensílios	87.839,23	1.249,68	0,00	89.088,91
Equip. administrativo e informático	1.899.104,59	8.243,23	1214,05	1.906.133,77
Outras imobilizações corpóreas	31.926,10	573,18	223,96	32.275,32
Imob. em curso de Imob. Corporeas	0,00	0,00	0,00	0,00
	14.168.709,77	66.239,43	34.592,59	14.200.356,61
TOTAL	14.221.435,07	66.239,43	34.592,59	14.253.081,91

O aumento de imobilizado ocorrido no exercício de 2013 decorre de aquisições e reparações no valor de 63.839,43€ e da doação de equipamentos no valor de 2.400,00€.

Os abates, no valor total de 34.592,59€, referem-se a equipamentos em mau estado sem possibilidade de reparação, já sem vida útil, amortizados, na sua maioria, a 100%, à exceção do valor de 1.857,15€.

Handwritten signatures and initials in blue ink.

b) Amortizações

Designação	Saldo Inicial	Reforços	Regularizações	Saldo Final
Imobilizações Incorpóreas:				
Despesas de investigação e desenvolvimento	50.710,61	1.497,68	0,00	52.208,29
	50.710,61	1.497,68	0,00	52.208,29
Imobilizações Corpóreas:				
Terrenos e recursos naturais				
Edifícios e outras construções	2.020.416,54	244.088,33	0,00	2.264.504,87
Equipamento básico	4.310.280,64	165.866,46	31.441,41	4.444.705,69
Equipamento de transporte	91.396,05	2.740,42	0,00	94.136,47
Ferramentas e utensílios	84.857,19	2.565,47	0,00	87.422,66
Equip. administrativo e informático	1.853.001,67	28.605,11	1.070,07	1.880.536,71
Outras imobilizações corpóreas	16.384,17	3.037,67	223,96	19.197,88
Imobilizações Corpóreas em curso	0,00	0,00	0,00	0,00
	8.376.336,26	446.903,46	32.735,44	8.790.504,28
TOTAL	8.427.046,87	448.401,14	32.735,44	8.842.712,57

Todas as imobilizações corpóreas estão afetas à atividade do Hospital, encontrando-se implantadas em propriedade alheia, pertença da Santa Casa da Misericórdia de Barcelos, e em caso de não continuidade do contrato de arrendamento em vigor, as mesmas reverterem a favor daquela entidade. As amortizações do exercício são de 448.401,14€.

As regularizações, no valor total de 32.735,44€, referem-se ao abate de equipamentos em mau estado sem possibilidade de reparação, já sem vida útil, amortizados, na sua maioria, a 100%, à exceção do valor de 1.857,15€.

NOTA 8.2.23 – DÍVIDAS DE COBRANÇA DUVIDOSA

O quadro abaixo apresenta o valor global das dívidas de cobrança duvidosa incluídas em cada uma das rubricas de dívidas de terceiros constantes do Balanço:

Ch. L. C. L. A.

Designação	Conta	Valor em Dívida
Subsistemas:		
A.D.S.E.	218111	4.692,55
Forças Armadas	218112	1.737,63
Forças Militarizadas	218113	907,25
S.A.M.S.	218114	37.035,19
IOS CTT - ACS Portugal Telecom	218115	17.224,69
Serviços Sociais	218116	1.826,51
Outros Subsistemas	218119	6.665,45
Sub total.....		70.089,27
Companhias de Seguros	21813	1.945.770,44
Outros Clientes	21819	780.471,86
Total da 2181.....		2.796.331,57
Outros Clientes	2189	54.750,17
TOTAL GERAL:		2.851.081,74

NOTA 8.2.31 – MOVIMENTOS OCORRIDOS NAS PROVISÕES

Rubricas	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo final
Provisões para cobrança duvidosa	2.781.021,13	84.806,49	14.745,88	2.851.081,74
Provisões para depreciação de existências	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	2.781.021,13	84.806,49	14.745,88	2.851.081,74

Fez-se um aumento às provisões para que as dívidas a receber sejam relevadas pelos seus valores realizáveis.

NOTA 8.2.32 – MOVIMENTOS OCORRIDOS NAS CONTAS DA CLASSE 5 – FUNDO PATRIMONIAL

Rubricas	Saldo inicial	Aumentos	Transf.	Diminuições	Saldo final
51 – Capital estatutário	15.689.302,00	0,00	0,00	0,00	15.689.302,00
57 – Reservas livres	73.363,80	0,00	0,00	0,00	73.363,80
571 - Reservas legais	5.625,81	0,00	0,00	0,00	5.625,81
576 - Doações	74.113,46	2.400,00	0,00	0,00	76.513,46
59 – Result. transitados	-18.177.925,38	0,00	-525.628,06	0,00	-18.703.553,44
88 – Resultado líquido	-525.628,06	0,00	525.628,06	-1.431.488,31	-1.431.488,31
TOTAL	-2.861.148,37	2.400,00	0,00	-1.431.488,31	-4.290.236,68

NOTA 8.2.33 – DEMONSTRAÇÃO DO CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS

Movimentos	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo
Existências iniciais	311.854,53
Compras	4.175.130,95
Regularização de existências	190.021,04
Existências finais	295.991,85
Custo no exercício	4.381.014,67

O valor em “Regularização de existências” refere-se essencialmente à redução na despesa com medicamentos, conseguida através do Aditamento ao Acordo estabelecido entre o Governo e a Industria Farmacêutica, que resultou na emissão de notas de crédito, por parte dos Fornecedores da indústria farmacêutica, no valor total de 175.703,26€, valores não refletidos nas existências finais dos armazéns.

NOTA 8.2.35 – REPARTIÇÃO DO VALOR LÍQUIDO DAS VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS

Rubrica	Mercado Interno	Mercado Externo	Total
Vendas	1.252,37		1.252,37
Prestação de Serviços	18.818.131,29		18.818.131,29
Total	18.819.383,66		18.819.383,66

NOTA 8.2.37 – DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS FINANCEIROS

Custos e Perdas	Exercícios	
Designação	31/12/2013	31/12/2012
Juros suportados	116.055,30	147.079,07
Provisões para aplicações financeiras	0,00	0,00
Diferenças de câmbio desfavoráveis	0,00	0,00
Outros custos e perdas financeiras	2.101,70	896,34
1)	118.157,00	147.975,41

Chito
4

Proveitos e Ganhos	Exercícios	
Designação	31/12/2013	31/12/2012
Juros obtidos - Outros juros	115,97	25,70
Diferença de câmbio favoráveis	0,00	0,00
Descontos p/p obtidos	18.487,83	3.653,20
Outros proveitos e ganhos financeiros	56,32	90.145,33
2)	18.660,12	93.824,23
Resultados Financeiros (2)-(1)	-99.496,88	-54.151,18

O Valor registado em “Juros pagos” refere-se a juros pagos ao Fundo de Apoio ao Sistema de Pagamentos do Serviço Nacional de Saúde pela adesão a um empréstimo no valor inicial de 8.893.135,95 € para pagamento a fornecedores, de acordo com a Portaria nº 1369-A/2008, de 28/11. A 31.12.2013 o saldo do empréstimo é de 6.899.224,02€. O Hospital paga desde 19 de Junho de 2009 juros de mora pela não amortização da totalidade do empréstimo.

Através do Despacho n.º 14181-A/2013. D.R. n.º 213, 2.º Suplemento, Série II de 2013-11-04, é determinado o aumento do capital estatutário do HSMM, em 6.900.000,00€ (69 unidades de participação do Fundo), realizado através da entrega do número de unidades de participação, detidas pelo Estado no Fundo de Apoio ao Sistema de Pagamentos do Serviço Nacional de Saúde. De referir que, as unidades de participação do Fundo entregues, nos termos do nº 1 do mesmo despacho, destinam-se a liquidar os empréstimos que as EPE detêm junto do Fundo. Foi determinado ainda que, são perdoados todos os juros vencidos e não pagos à data de entrada em vigor do referido despacho, ou seja, 1 de janeiro de n+1.

Chy
Edito
F

NOTA 8.2.38 - DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS

Código	Custos e perdas	Exercícios	
	Designação	N	N-1
691	Transferências de Capital concedidas	0,00	0,00
692	Dívidas incobráveis	866,94	23.268,38
693	Perdas em existências	12.907,85	6.131,87
694	Perdas em imobilizações	1.857,15	0,00
695	Multas e penalidades	0,00	0,00
696	Aumentos de amortizações e provisões	0,00	0,00
697	Correcções relativas a exercícios anteriores	176.321,49	295.239,19
698	Outros custos e perdas extraordinárias	2.192,69	3.437,54
	1)	194.146,12	328.076,98
Código	Proveitos e Ganhos	Exercícios	
	Designação	N	N-1
792	Recuperação de dívidas	0,00	0,00
793	Ganhos em existências	202.928,89	232.690,79
794	Ganhos em imobilizações	0,00	0,00
795	Benefícios e penalidades contratuais	0,00	0,00
796	Reduções de amortizações e provisões	14.745,88	28.788,20
797	Correcções relativas a exercícios anteriores	97.436,26	28.716,64
798	Outros proveitos e ganhos extraordinários	82.760,32	87.612,96
	2)	397.871,35	377.808,59
	Resultados Extraordinários (2)-(1)	203.725,23	49.731,61

A conta 697 - Correções relativas a exercícios anteriores, reflete essencialmente, a correção resultante da contabilização em 2012, através da especialização do exercício, por acréscimo de proveitos, dos valores apurados provisoriamente relativamente ao Acordo celebrado entre o Ministério da Saúde, o Infarmed e Apifarma, no que concerne à diminuição da despesa com medicamentos.

O valor registado na conta 793 – Ganhos em existências, verifica-se pelo facto já relatado na Nota 8.2.33.

O valor da conta 797-Correções a exercícios anteriores, é explicado, essencialmente, pela correção positiva ao pagamento das férias, subsídio de férias e respetivos encargos especializados em n-1.

Os Outros Proveitos e Ganhos Extraordinários refletem a amortização do Subsídio de Investimento.

8.2.39 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS RELEVANTES PARA MELHOR COMPREENSÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA E DOS RESULTADOS

a) Meios Libertos Líquidos (MLL)

Resultados Líquido do Exercício	-1.431.488,31
Amortizações	448.401,14
Provisões	84.806,49
TOTAL	-898.280,68

O Resultado Líquido do Exercício negativo em 1,4 milhões de euros leva a uma redução dos MLL, permitindo-nos, assim, analisar a capacidade do Hospital em gerar dinheiro que permita o autofinanciamento.

b) Acréscimos e Diferimentos

Acréscimos de Proveitos	Valor
Prestação Serviços ao SNS	3.142.727,91
Medicamentos de Cedência em Ambulatório	0,00
Ajudas Técnicas	0,00
Incentivos Institucionais	764.596,23
SIGIC Externo	238.946,88
Saldo da conta 271911	4.146.271,02
Prestação Serviços a O.Subsistemas e O.Clientes	24.924,52
Ajudas Técnicas	4.940,00
Formação POPH	5.355,52
Outros Proveitos	0,00
Saldo da conta 27199	35.220,04
Total da 2719.....	4.181.491,06

Ao saldo da rubrica 271911 – “Acréscimos de proveitos - ACSS”, foi deduzido o valor de 4.146.271,02 €, a crédito na rubrica 2195 – “adiantamentos de Instituições do Estado” (saldo por regularizar dos adiantamentos por conta da faturação ao SNS e Subsistemas Públicos relativa a 2013). O remanescente a crédito na conta 2195 reflete o valor a devolver, de acordo com a estimativa de faturação no âmbito do Contrato-programa 2013.

Acréscimos de Custos	Valor
Remuneração a liquidar	1.689.226,35
Juros a liquidar	775,98
Subcontratos	31.695,00
Outros Subcontratos (sigic externo)	286.236,29
Fornecimentos e Serviços	85.847,17
TOTAL	2.093.780,79

O saldo da conta 273 – Acréscimos de Custos, refere-se, essencialmente, conforme tabela acima, à especialização das férias, subsídio de férias e respetivos encargos a pagar em n+1. O valor de 286.236,29€, foi estimado de acordo com a informação existente no que se refere a doentes saídos, intervencionados por outras entidades, no âmbito do SIGIC Externo.

Proveitos Diferidos	Valor
Subsídios ao investimento	1.271.013,26
TOTAL	1.271.013,26

O saldo da conta 274 – Proveitos Diferidos, refere-se ao montante não amortizado de subsídios para investimento.

Custos Diferidos	Valor
Outros custos diferidos	5.912,60
TOTAL	5.912,60

O valor inscrito em “custos diferidos” refere-se a “Assistência Técnica” e a “Seguros”, cujos períodos de contrato vigoram em n+1.

O Conselho de Administração

Sebastião P. Pires
Celestina G. F. Pereira Pinto
Augusto Pires Pires
Mário Manuel Gonçalves

O Técnico Oficial de Contas

Maria José Simões

8.

CERTIFICAÇÃO

LEGAL DAS CONTAS

E RELATÓRIO E

PARECER DO FISCAL

ÚNICO



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras do **HOSPITAL SANTA MARIA MAIOR, EPE**, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2013, (que evidencia um total de 8.891.913 Euros e um total de fundo patrimonial negativo de 4.290.237 Euros, incluindo um resultado líquido negativo de 1.431.488 Euros), a Demonstração dos Resultados por naturezas e por funções, a Demonstração dos Fluxos de Caixa do período findo naquela data, e o correspondente Anexo.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Entidade, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. Excepto quanto às limitações descritas nos parágrafos n.ºs 7 e 8 abaixo, o exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu: i) a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação; ii) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; iii) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e iii) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

RESERVAS

7. No que respeita ao saldo de clientes (1.305.012 Euros), de adiantamentos de clientes (780.500 Euros), e outros devedores (965.707 Euros) e credores (745.190 Euros), nomeadamente os relativos às instituições do Estado, que representam 81% dos saldos devedores e 91% dos saldos credores, encontramos-nos impossibilitados de confirmar os seus montantes evidenciados no ativo e no passivo, visto que por um lado uma parte significativa das entidades não respondeu à circularização efetuada, e por outro a inexistência ou a reduzida quantia de recebimentos e pagamentos após a data do Balanço, não nos permite o desenvolvimento de procedimentos alternativos.
8. Da análise às possíveis responsabilidades contingentes e compromissos, foi circularizado o advogado do Hospital tendo sido identificados vários processos cujo total das possíveis responsabilidades futuras acendem a 1.799.722 Euros (795.792 Euros, no período transato). O resultado desses processos vai depender da prova a produzir em julgamento e da sentença que vier a ser proferida, sendo neste momento impossível estimar com fiabilidade o seu resultado, concluindo o advogado que os créditos reclamados assumem a natureza de litigiosos e de valor incerto, pelo que nos é impossível estimar os seus impactos nas Demonstrações Financeiras.

OPINIÃO

9. Em nossa opinião, excepto quanto aos efeitos dos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários caso não existissem as limitações descritas nos parágrafos n.ºs 7 e 8 acima, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do **HOSPITAL SANTA MARIA MAIOR, EPE** em 31 de Dezembro de 2013, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no período findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

GGI
INDEPENDENT MEMBER

